

# Tratos de favor y clientelismo político en democracia. Dos estudios de caso Galicia y Norte de Portugal

---

Paulo Jablonski Garcia

Dirección

Dra. Teresa San Román

Dr. José Luis Molina

Departament d'Antropologia Social i Cultural

Facultat de Filosofia i Lletres

Propuesta de tesis para optar al grado de Doctor  
en Antropología Social y Cultural  
Universitat Autònoma de Barcelona

Abril, 2009

## Capítulo 8.

---

### Pontos de partida

As conclusões, mais do que pontos de chegada, são territórios onde se estabelecem as bases de partida. Em Abril de 2008, um mestre de pesca reformado de Aguiño, em Ribeira (Galiza), mostra-nos as suas cartas de navegação. Cada folha tem desenhadas dezenas de linhas, chamadas marcas, acompanhadas com um binómio numérico. Cada marca representa um lance do aparelho, neste caso de arrasto, e os números a sua profundidade e as capturas obtidas. A chegada a porto supõe uma revisão destas marcas que se comparam com as precedentes e sob as que se tomam decisões de futuros lances. As conclusões são essas chegadas a porto que nos permitem conhecer melhor as realidades que pretendemos estudar e compreender, neste caso, a cartografia dos tratos de favor. É assim que agora expomos de forma comparada as continuidades e contextos, significados e comportamentos e relações analisadas para os casos de Mondariz e Pias-Monção. Avaliamos a nossa proposta de definição e expomos as que consideramos condições necessárias para as relações de patrocínio.

### 8.1. As histórias

A primeira parte da etnografia está dedicada aos contextos históricos que precedem aos presentes etnográficos. Esta análise toma as elites políticas mondarizana e monçanense como guias para compreender continuidades e descontinuidades, significados, comportamentos e práticas que associamos aos tratos de favor nos dois casos estudados. A aproximação histórica não pretende ser completa nem esgotar a análise, mas supõe uma contextualização ampliada sem a que não podemos compreender os vectores dos tratos de favor. Em termos de continuidade da elite política local, traçam-se diferenças substanciais entre um e outro caso. Diferenças compreensíveis no marco dos processos históricos vizinhos, com interacções ao nível de fronteira, e semelhantes a respeito dos grandes processos e situações, mas que mostram diferenças cruciais que marcarão linhas processuais diferentes.

Quer o Minho como a Galiza estiveram marcadas por sendas ditaduras estatais de longa duração. O regime de Salazar/Caetano e o de Franco contribuirão para assentar uma política de maneira que anulou a possibilidade geral de discrepância, reduziu ou anulou a actividade política pública e estabeleceu e reforçou mecanismos personalizados de intermediação com a Administração. Estes elementos, partilhados nos dois casos, influem na forma em que se entende e exerce o político. “Quer por parte do Estado Novo em Portugal quer por parte do Nuevo Estado, em Espanha, ser «político» não era só visto como negativo; era, também, tido como perigoso, já que a repressão costumava acompanhar «os que têm ideias», gerando uma cultura do medo” (Godinho, 2004a: 223). Nos casos etnográficos encontramos

uma concepção da política como actividade negativa, um elemento que distorce a convivência do sentido comum assumido como “natural”.

Com tudo e no nosso estudo, no caso galego encarnamos um processo de anatematização mais acentuado. Para explicar este desfase, recorreremos às diferenças que se apreciam nas origens fundacionais de cada um dos regimes. No caso galego, a Guerra Civil espanhola e as subsequentes políticas impostas pelo novo regime (Aguilar, 1996; 2004) impossibilitaram não só a reconciliação, mas a inclusão dos sectores leais à II República no novo regime. A lógica de vencedores e vencidos num contexto onde o pós-guerra se prolonga até mediados dos anos 50, cega esta possibilidade. O historiador Javier Tusell coincide ao afirmar que “as origens, naturalmente, foram distintas e nelas radicam boa parte das diferenças entre ambos os regimes (...) Assim [no caso espanhol] se explica a vontade dos vencedores em romper radicalmente com o passado. Esta ruptura teve como consequência que, contrariamente ao processo de síntese e integração levado a cabo em Portugal no período de 1926 a 1933, em Espanha se mantivesse, nos seus traços essenciais, durante muito tempo a relação vencedores/vencidos. Os segundos não foram obrigados a um processo de verdadeira integração, mas sim de conversão, abjurando de posições passadas” (1987: 32-33).

O caso da imposição do regime salazarista evita a confrontação militar e, no período entre 1926 e 1933, cruzam-se os processos de consolidação da ditadura. No caso particular de Monção pudemos comprovar como as elites anteriores a 1926 se mantêm nos seus cargos até 1933. Este período não transcorreu sem fricções nem reajustes mas, em termos comparativos com Mondariz, não apreciamos ruptura radical entre umas e outras elites políticas. A actividade repressora não foi alheia nem nos inícios nem no desenvolvimento do regime salazarista. No arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo são inúmeras as circulares da PVDE/PIDE/DGS solicitando informes de boa conduta até para aceder ao matrimónio. Respira-se um estado de controlo absoluto reforçado ao nível paroquial por regedores e guardas fiscais. Contudo, encontramos certos elementos não presentes em Mondariz.

Assim, no caso de Monção existe uma oposição mais ou menos estruturada ao salazarismo. Oposição que em cada convocatória eleitoral é capaz de organizar aos seus elementos e, quando não apresenta candidaturas alternativas às da UN, sim participa na “campanha eleitoral”. Esta situação é possível graças à sobrevivência dos sectores críticos durante a ditadura e à incorporação de novos efectivos fruto dos processos de emigração retornada. A oposição é conhecida publicamente e com capacidade para idear e protagonizar estratégias de resistência, caso de José Rodrigues Samarão em Pias. Esta actividade será censurada, perseguida e de carácter clandestino mas, também, real e, até certo ponto, aguardada.

Mondariz apresenta outro plano bem diferente. Os sectores leais à II República que não somem fisicamente no exílio ou nas bermas, fazem-no publicamente através da conversão forçada ou o silenciamento do seu pensamento. A actividade política é coberta por uma estratégia de anulação através do medo. Este passado acentua os processos de anatematização e domesticação da política.

No referente às transições à democracia, estas constituem processos com claves diferentes (Loff, 2006; Aguilar, 1996) que encontram elementos de mútua influência (Sánchez, 1993) e que têm, em princípio, efeitos diferenciados no âmago das elites dos dois casos de estudo. O prisma local matiza tanto as visões da transição pactada espanhola como a conquistada portuguesa. Há dois elementos que ajudam a compreender as diferenças iniciais entre um e outro caso. Em primeiro lugar, as medidas legislativas de depuração administrativa e política que se adoptam após 25 de Abril condicionam a continuidade das elites políticas no novo regime. No caso galego não existe depuração e a continuidade medir-se-á na capacidade da oposição de incorporar efectivos às novas elites. Se repararmos nas actas municipais e paroquiais de um e outro caso, a sul do rio Minho cada organismo administrativo de uma ou outra maneira saúda a chegada do novo regime. A norte, não encontramos referência explícita à mudança de regime.

Em segundo lugar, a existência de oposição organizada diferente às elites que ocupam o poder. No caso de Monção, a CA designada em 1974 está composta por indivíduos que durante a ditadura exercem oposição pública. O primeiro presidente será o próprio Samarão, reconhecido como um dos líderes da oposição e protagonista de numerosos informes policiais. Pelo contrário, em Mondariz não existe uma oposição organizada diferente à elite tardo-franquista. Encontramos divergências internas, que formam outra candidatura e colaboram na AVV Xabrinha, mas não novos grupos formados com capacidade de resposta ante umas eleições, por exemplo.

Revistas estas primeiras diferenças, a análise traçada na proposta de tese não modifica em essência o escrito sobre Mondariz mas sim sobre Monção. A atenção fixada ao nível da freguesia, como base do poder autárquico, nos indivíduos situados na segunda linha das elites da ditadura e não afectados pela legislação, e nas relações de parentesco oferece um cenário sensivelmente diferente. A ruptura emanada da legislação revolucionária e a suposta no nível político fica questionada pela continuidade, em termos gerais, das elites locais através destes indivíduos e as suas linhas parentais. Encontramos linhas familiares que ultrapassam o 25 de Abril sem se imutarem. É neste sentido que se faz estritamente necessário atender aos “parentes pobres da política portuguesa” à hora de analisar as continuidades/descontinuidades das elites locais. Não é suficiente contabilizar os presidentes da CM ou JF, mas é necessário mergulhar-se nos arquivos das freguesias e estabelecer as relações de parentesco entre uns e outros para poder determinar o grau da sua permanência.

Junto a esta quantificação das elites, analisamos a estrutura de intermediação. No caso de Pias-Monção, a estrutura administrativa mantém-se na transição para a democracia. CM e JF não sofrem modificações notáveis, tal e como acontecera em 1926/1933. Desaparece a figura do regedor e o pároco perde algo de peso. Em Mondariz, a democracia modifica uma estrutura de intermediação baseada nos alcaides de bairro. Esta figura perde um peso ganhado pelos vereadores que se repartem territorialmente. A mudança do princípio de legitimidade desautoriza os alcaides de bairro a favor dos vereadores. Contudo, a primeira figura permanece nalgumas freguesias e actua como vigilante político.

Nos dois casos encontramos que a estrutura de intermediação se reforça com o grau de continuidade das elites locais. Estas estruturas apresentam semelhanças na sua configuração territorial mas diferenças ao nível da institucionalização. Este é o contexto sobre o que se edificam os tratos de favor e se desenvolvem os processos eleitorais analisados.

## 8.2. Campanhas eleitorais: significados e comportamentos

A campanha eleitoral é um tempo de reinvenção de espaços quotidianos e de reforço, redefinição ou confirmação de relações. O contexto etnográfico transforma-se durante a campanha eleitoral num laboratório, não só do político. Nos dois casos de estudo encontramos diferenças e semelhanças que intentaremos sistematizar. É necessário, em primeiro lugar, lembrar que, nas eleições autárquicas, Mondariz e Pias-Monção não votam o mesmo. No primeiro dos casos elege-se por meio de lista fechada um conjunto de pessoas que votarão um presidente de Câmara num plenário. No seio das freguesias, só no caso de existir ELM é exercido o voto em lista fechada de cujos resultados, com o mesmo procedimento do que no município, se elege um governo paroquial. Nas eleições monçanenses elege-se a composição de três organismos municipais. O primeiro é a CM que é eleita em lista fechada. A cabeça da lista mais votada será presidente e formará governo. O segundo é a AM para a que se vota em lista fechada um total de 34 indivíduos. Os 33 restantes que completam o organismo são membros natos e coincidem com os presidentes de JF de todas as freguesias do concelho. O terceiro órgão que votam é a AF mediante lista fechada. A cabeça da candidatura mais votada será presidente da JF e formará governo ao mesmo tempo que se constitui a AF de forma proporcional ao número de votos conseguido. Junto a esta diferença do objecto votado, há uma outra que desenha uma linha de separação entre Mondariz e Pias-Monção. No caso minhoto há um só boletim de voto por eleitor. Não existe a possibilidade, como no caso mondarizano, de repartir boletins fora das existentes com exclusividade no colégio eleitoral.

Estas dissimilitudes marcarão diferentes estratégias de aproximação ao eleitorado. Junto a esta casuística, interessa-nos remarcar os significados que adquire

o voto em cada um dos contextos e os comportamentos a eles associados. Perceber os tratos de favor e, sobretudo, as relações de patrocínio, onde o intercâmbio de lealdades políticas é frequente, precisa desta atenção aos significados atribuídos culturalmente ao exercício de votar.

No caso de Mondariz, a campanha eleitoral apresenta-se mais centrada no contacto pessoal entre eleitores e candidatos. A presença de comícios é quase nula no caso do partido do governo e a oposição combina esta prática com outras de aproximação individualizada. O reparto selectivo de boletins de voto, bem através dos candidatos de cada freguesia ou o candidato a presidente camarário directamente, é uma prática comum a todas as opções político-partidárias em Mondariz. No caso minhoto documentamos uma censura pública desta prática ainda que se participe marginalmente no reparto selectivo de boletins de voto. Esta censura é influída pela proibição explícita da legislação eleitoral a este respeito e é utilizada como arma eleitoral em forma de acusações mútuas entre diferentes candidaturas. Da mesma maneira, o transporte de pessoas ao colégio eleitoral nomeou-se em várias ocasiões como uma prática pertencente ao passado. Isto supõe, à primeira vista, uma clara diferenciação com Mondariz, onde uma e outra prática existem.

Ora bem, esta inicial diferença entre Pias-Monção e Mondariz requer de uma análise mais profunda. Se tomarmos a diferença que realiza Roberto Varela entre cultura e comportamento encontraremos pontos de união entre um e outro contexto. O antropólogo afirma que “la cultura –conjunto *compartido* de signos y símbolos– no necesariamente es la causa de un comportamiento determinado, pero el comportamiento siempre presupone o una idea o un valor o un sentimiento o una utopía no necesariamente compartido con otros” (2005: 87). No nosso caso temos claros os comportamentos, os praticados e os censurados, diferenciados num e outro contexto, mas, que sabemos dos significados?

O reparto selectivo do voto e o *acarrexo*, em tanto que prolongação do reparto ainda mais selectivo do que o primeiro, são comportamentos que em Mondariz são partilhados por uma maioria de cidadãos. Receber o boletim de voto no domicílio percebe-se como uma mostra de deferência para o eleitor. Do mesmo modo, não recebê-lo, considera-se um desprezo. Se nos determos no significado que se atribui ao boletim de voto, poderemos compreender a aceitação destes comportamentos. O boletim de voto supõe um elemento que certifica um intercâmbio ou, no seu caso, uma expectativa de intercâmbio, mais do que um “instrumento a través del cual se manifiesta politicamente la voluntad de un cuerpo electoral, expresando una opción por una persona o una propuesta” (Molina, 2001: 129). O boletim de voto é pensado como uma mercadoria que forma parte de um intercâmbio. O boletim de voto adquire um significado que as formações políticas não ignoram. O caso das reflexões por parte da oposição em Mondariz aponta para

este particular. Percorrer cada casa, não só permite um contacto directo com o eleitorado, mas acompanha o significado cultural do voto.

No caso de Pias-Monção não se pratica o reparto selectivo de forma maciça. Pelo contrário, multiplicam-se os comícios. Em cada freguesia celebra-se um por cada opção política. Os eleitores põem à prova os candidatos mediante perguntas. As restrições na produção de boletins de voto fazem difícil imaginar o voto como mercadoria já que o eleitor encontra-se só perante o papel no que tem de marcar uma cruz na opção eleita. A possibilidade de intercâmbio físico prévio entre candidato e eleitor é materialmente impossível. Ante este obstáculo, aquele voto pensado como mercadoria tem de ser pensado noutros termos. Os conteúdos de significado atribuídos ao boletim de voto encontram-se veiculados através de uma série de códigos cromáticos e figurativos de reconhecimento do voto. Assim, o PSD associa-se à cor-de-laranja e ao símbolo da seta. Estes dois elementos são reconhecidos comumente como pertencentes a este partido. Em consequência, a ostentação desta cor leva implícito o significado de adesão a este grupo político. O reparto de material de merchandising no dia da feira durante a campanha eleitoral por parte dos diferentes grupos políticos reforça esta identificação. No caso do PS, dá-se uma situação paradoxal. Como relatámos ao longo da proposta de tese, existe um duplo voto em Monção: um para o PS em eleições autárquicas e outro PSD em eleições estatais. Esta circunstância é advertida e ocultam-se a cor (vermelha) e símbolo (rosa) partidários. Este partido reparte t-shirts brancas com letras verdes.

O reparto de material de propaganda, quase inexistente em Mondariz, é notório em Monção e vem consolidar os significados cromáticos e figurativos de cada opção política mas não só. O reparto de merchandising reitera os significados atribuídos a cores e símbolos em campanha eleitoral. Levar a t-shirt ou o boné de uma das opções políticas mostra o apoio a uma ou outra opção política. No caso de Pias, o candidato do PSD repartiu bonés para todos os assistentes à merenda que ofereceu. Estes elementos constituem, no caso de existir relações clientelares, parte do intercâmbio que substituem o boletim de voto.

As práticas na campanha eleitoral em Mondariz e Pias-Monção mostram diferenças notáveis que podemos atribuir a dois tipos de eleição diferente e às condições objectivas do voto. Contudo, uma visão estritamente institucionalista afasta-nos dos significados que adoptam o exercício do voto e o boletim de voto nos dois contextos. Neste ponto, as semelhanças culturais aproximam os dois casos de estudo.

As continuidades, contextos, significados e comportamentos remetem-nos para o eixo central desta proposta de tese, a saber, a aplicação da proposta de definição de relações clientelares e a sua inclusão dentro do marco geral dos tratos de favor ao lado doutras relações semelhantes mas diferentes. Em primeiro lugar, temos de apontar a concepção territorial partilhada das relações políticas em geral. Em Pias-



Monção, a personalidade jurídica das freguesias converte-as, *de jure*, em espaços de intermediação política. São as freguesias, através das JF, as encarregadas de gerir os recursos investidos na freguesia. A territorialização do intercâmbio aprecia-se na negociação dos orçamentos. No caso da presença de relações de patrocínio, observamos que os partidos políticos são pensados como plataformas de intermediação mais do que “organizational means by which candidates for office are recruited and ideologies are propagated” (Scott e Marshall, 2005: 500). A coerência ideológica não se sustém se atendemos aos casos de mobilidade partidária analisados no texto. O partido político adquire um significado diferente ao suposto.

No caso de Mondariz, existe uma territorialização da política municipal embora a estrutura institucional estabeleça um modelo centralizado na tomada de decisões. Com excepção das ELM, marginais no caso galego, as freguesias não contam com reconhecimento jurídico como espaços de decisão e gestão de recursos. Ainda assim, não podemos perceber a dinâmica da política local e menos o estabelecimento de relações clientelares no seio do concelho de Mondariz sem prestar atenção às freguesias. A identificação identitária dos mondarizanos com a sua freguesia de residência vê-se reforçada no político pela coincidência entre mesa eleitoral e aquela porção de território. A estrutura de intermediação herdada do franquismo fixa em cada freguesia vários elementos de enlace com o poder central. Sobre esta realidade assenta-se o sistema democrático que se vê redefinido segundo esta concepção territorial. Os vereadores são pensados como representantes paroquiais sem que tenham nenhuma competência atribuída nesta direcção. As freguesias são em Mondariz, de facto, espaços de mediação política.

A territorialização da política municipal constitui um ponto de contacto nos dois casos de estudo. Isto responde a similares modelos de assentamentos que historicamente no caso português tomam forma jurídica e no galego, não. Em todo o caso, nos dois contextos esta concepção levar-nos-á a similares geografias do intercâmbio.

### 8.3. A definição

Ora bem, a definição proposta para as relações clientelares em particular e os tratos de favor em geral soluciona a confusão conceptual à volta destes temas? Os casos de estudo oferecem-nos um leque amplo de situações que podemos incluir sob a epígrafe de patrocínio, trato de favor, cunha, nepotismo ou corrupção. O percurso pela gestão dos recursos, os espaços, tempos e significados de intercâmbio e a formação histórica dos contextos analisados permitem aplicar a nossa definição e, assim, distinguir fenómenos similares, mas diferentes.

Retomemos o exemplo com o que abríamos o capítulo dedicados aos recursos em Pias-Monção. Através dele poderemos verificar o modelo proposto. Recordemos que o pároco facilita a contratação de uma mulher a pedido do presidente da

Câmara. Este havia contratado um sobrinho do primeiro e a mulher era familiar indirecta do presidente e vizinha de um vereador. Finalmente, as pretensões não se cumprem pelo quebranto do silêncio por parte da mulher, o que terá a sua importância na análise. Sem medo a estar em erro, poderíamos apontar este exemplo como um caso flagrante de patrocínio e passar página. Se assim fizermos, estaríamos bebendo um alvarinho com o nariz tapado.

Se nos determos no exemplo, poderemos distinguir, quando menos, quatro pares de relações de intercâmbio: 1) mulher e presidente; 2) pároco e sobrinho; 3) pároco e presidente; e, 4) pároco e conselho executivo da escola. Estas relações não são iguais entre si. Vejamos uma a uma.

A primeira, segundo a informação de que dispomos, baseia-se no conhecimento da mulher de algum vereador e a activação estratégica de um parentesco longínquo com o presidente. Tal e como nos foi relatado o caso, não existe uma relação prévia de intercâmbios que descubra uma continuidade. A rápida aceitação do presidente de anular o acordo com o sacerdote alerta-nos da importância relativa que aquele lhe concede à sua relação com a mulher em comparação com a que estabelece com o pároco. Com a informação apontada, podemos aventurar que a relação mulher/presidente é circunstancial e limitada à facilitação de um emprego e graças a certas relações comuns. Tudo está a assinalar que nos encontramos perante um caso de cunha.

A segunda relação implica o sacerdote e o seu sobrinho. Segundo se nos conta, num momento dado, o sobrinho acede a um posto de trabalho graças à intermediação do pároco, seu tio, com o presidente da povoação. A relação de parentesco que média entre o padre e o sobrinho, sem que se perceba uma continuidade nem implicações de lealdades políticas, remete-nos às relações nepóticas.

A terceira apresenta-se mais complexa. O presidente e o pároco partilham mais do que uma relação de amizade. Os dois são agentes fornecedores de recursos e no exemplo só eles podem ser chamados patronos. Cada um pelo seu lado estabelecem relações de intercâmbio de recursos em diferente grau sem conexão entre elas. A mulher não tem porque conhecer o pároco e o sobrinho não tem porque saber que o presidente foi quem facilitou o seu emprego. O caso apresentado não constitui o único intercâmbio que partilham sacerdote e presidente. Tudo pressupõe, e assim se evidencia noutras relações expostas no presente texto, que estas duas pessoas acompanham uma relação de mútuos favores num período temporário amplo.

A sua relação é informal, bilateral, de carácter político e particular. Supõe o intercâmbio de recursos instrumentais e expressivos. Os primeiros concretizam-se na capacidade de conceder emprego e, os segundos, mostram-se no quebranto de silêncio da mulher. Esta rompeu o código de silêncio e, assim, a relação de lealdade mútua

entre presidente e pároco. Tudo aponta à durabilidade da relação. Os intercâmbios relatados criam elos de dependência entre os dois actores. Tanto o religioso como o civil dependem de que o outro lhes possa satisfazer as suas necessidades. Uma vaga na escola depende do pároco, um emprego para o sobrinho, do presidente. Ao mesmo tempo, a concessão dos ditos favores implica o reforço desta dependência na medida em que compromete temporariamente a sua relação.

Trata-se de uma relação assimétrica entre duas pessoas que partilham um status social e uma capacidade de gerir recursos similar, mas não idêntica. O presidente tnuma capacidade maior do que o pároco à hora de repartir recursos e o pároco conta com um prestígio social maior onde a pessoa e o cargo que ocupam são, de forma indefinida, um só. Isto não implica nem reduz a capacidade de intermediação ou de reparto de recursos do padre, nem diminui as quotas de prestígio social do presidente, senão que os situa na cadeia de relações clientelares. Tanto o pároco como o presidente gozam de uma posição social de privilégio a respeito do acesso a recursos. Contudo, à hora de concedê-los, é o presidente quem decide e inclina a balança na assimetria. Isto não evita que o pároco possa ocupar uma posição de força em outras relações com terceiros como, em efeito, se pode apreçar no exemplo.

Por último, resta determinar se a sua relação implica exclusividade. Neste ponto é necessário apontar um elemento que sobrevoa nesta relação. Estamos perante duas pessoas que podem actuar de patronos com independência da relação que mantenham entre si. Cada um pelo seu lado, estabelecem relações de patrocínio, tal e como vimos na proposta de tese, com independência das relações mútuas. Além disso, o seu leque de relações conta com vínculos com outros patronos. Pensemos no presidente da Câmara e os de JF, por exemplo. Neste sentido, a sua relação não exclui a existência doutras. Contudo, se tivermos em conta a sua qualidade de patronos, somada à capacidade de intermediação com outros, podemos aceitar esta dualidade pensada como uma cadeia sucessiva de relações de favor onde cada sujeito ocupa diferentes roles depedendo da sua relação com cada elo da cadeia. Em termos de exclusividade, esta relação tem de ser analisada em referência ao contexto global no que se dão estas dualidades patronos/intermediários. Isto é, a exclusividade da sua relação circunscreve-se ao cenário derivado da territorialização da intermediação, neste caso a dialéctica paroquial/municipal. Em consequência, podemos considerar esta relação como de patrocínio na medida em que sejamos conscientes da condição de patrono/intermediário de cada um dos protagonistas e da permutabilidade destas condições numa perspectiva diacrónica, sempre e quando se respeite a parcelamento territorial do intercâmbio.

A relação cumpre com as características das relações clientelares pelo que assim a consideramos. Em todo o caso, é necessário especificar as particularidades fruto da condição de patrono/intermediários dos protagonistas.

A quarta e última relação é a que estabelece o pároco com a direcção do centro escolar. Sabemos pouco desta relação. Da maneira em que se nos relatam os acontecimentos, o sacerdote é o director do centro de educação e, como tal, pede ao tribunal de selecção que eleja a uma das candidatas sobre as outras com independência dos critérios objectivos de selecção. Desconhecemos a relação que existe entre as duas partes e o peso dos critérios de autoridade que a definem. Também não se a petição se realiza só a alguns membros do tribunal. Nada sabemos da própria genealogia do acesso ao posto de trabalho de cada um deles. Sem esta informação não podemos estimar se existe uma relação clientelar. A informação apresentada é insuficiente para determinar o tipo de relação pelo que esta quarta relação ficaria em suspense à espera de completar a informação necessária. O que é certo, é que apresenta as condições para que possa chegar a ser ou seja assim.

Num exemplo que, *a priori*, poderíamos adjectivar de clientelar resulta que contem três relações diferentes e uma quarta por assegurar à luz da informação obtida. O esmiuçamento realizado alerta-nos para o perigo das generalizações fruto dos conceitos “apanha-o tudo” (Gay, 1997: 72) e a sua aplicação indiscriminada. A nossa proposta pretende estabelecer critérios claros de delimitação do que são tratos de favor e, dentro destes, o que é e não é uma relação de patrocínio. Só uma análise em detalhe pode determinar estes aspectos.

No referente à diferenciação que propomos entre círculo clientelar interno e externo, vimos na proposta de tese exemplos de relações de patrocínio de diferente grau. Existe uma diferença entre os membros do GRUMIR e o vizinho ao que lhe colocam um ponto de luz. No primeiro caso, os membros do grupo de trabalhadores do GRUMIR que colaboram na campanha do PP em Mondariz mantêm intercâmbios com o patrono local de carácter intenso e mostras de lealdade múltiplas, públicas e continuadas. No outro extremo, as visitas ao escritório do presidente da Câmara estabelecem uma relação localizada no intercâmbio de recursos instrumentais menores mas que criam lealdades activadas, sobre tudo, no tempo eleitoral.

Em definitiva, consideramos que esta proposta de definição enriquece a análise dos tratos de favor e, em especial, o das relações de patrocínio.

#### 8.4 Relações de patrocínio

As relações de patrocínio mostram-se nos dois contextos como parte dos mecanismos que definem os critérios de inclusão e exclusão no reparto dos recursos. Neste reparto conta tanto receber ou ter a expectativa de ser beneficiário como ser prejudicado. A disposição de recursos é limitada pelo que o seu reparto não só tem de ser selectivo, mas também suposto. As relações clientelares mostram-se quer em positivo quer em negativo. A exclusão no reparto de recursos, vista no caso mondarizano através da AVV Xabrinha e no monçanense na JF com signo partidário diferente ao da CM, implica reiterar os critérios de inclusão e exclusão e,

ao mesmo tempo, alimentar a expectativa de ser incluído. A mensagem é clara, quem está comigo pode que receba, quem não, não recebe.

Num artigo sobre a transmissão da cultura, Spindler diferencia entre o recrutamento e o mantimento. “Por medio de la primera categoría nos referimos al proceso por el que se capta a la gente para que forme parte del sistema y para que participe de los roles específicos; por medio de la segunda, nos referimos al proceso por el que se mantiene el funcionamiento del sistema y de los roles.” (1993: 234). As relações de patrocínio em negativo actuam como recordatórias sobre os critérios e mecanismos de acesso aos recursos.

Nos dois contextos apreciamos o que, de forma adaptada, denominamos ecologia comunicativa do favor. Um conjunto de elementos de informação e conhecimento que possibilitam os tratos de favor. Estes elementos são partilhados por aquelas pessoas que formam parte das relações de patrocínio e por aquelas que não. São significados e dispositivos conhecidos para aceder aos recursos de forma privilegiada. Conhecido é tanto o caminho como a sua portagem. Em cada contexto, estes significados e mecanismos são diferentes o que não evita a sua necessidade para entender os tratos de favor e as relações de patrocínio.

Contudo, consideramos que o clientelismo não depende dos significados e concepções comuns do político, embora a sua aprendizagem apanhe elementos culturais. Associado a estes fenómenos encontramos significados e comportamentos tanto comuns como diferenciados nos dois casos de estudo. Não existe uma cultura clientelar sobre a que possamos unir os diferentes comportamentos associados. Analisados dois casos com contextos históricos diferenciados de formação das elites locais e a construção histórica de significados; uma estrutura institucional distinta; contextos sócio-demográficos similares com um modelo de assentamento semelhante. Dois casos com comportamentos e significados nos processos eleitorais e gestão dos recursos não idênticos. Contudo, Pias-Monção e Mondariz apresentam relações de patrocínio e tratos de favor.

Parece-nos que a chave deste tipo de relações reside na combinação da disponibilidade de recursos, quer na sua presença objectiva quer subjectiva, e os mecanismos de acesso. As condições materiais podem ser de riqueza ou pobreza (Gay, 1997: 90). Com certeza, a escassez alimenta e favorece as relações de patrocínio, a literatura oferece suficientes exemplos a este respeito, mas não é condição *sine qua non* para a presença das ditas relações. O clientelismo não é uma questão de classe social. A escassez ou abundância de recursos, quer dizer, o diferencial de disponibilidade num contexto dado, terá de ir acompanhada de um acesso restringido aos mesmos. Junto a estas disposições, despregam-se elementos culturais de significação que nos ajudam a compreender a concreção dos casos particulares. Para que existam relações de patrocínio não é suficiente com que um recurso seja abundante. Pensemos na disponibilidade de certos recursos camarários

em Mondariz, tais como maquinaria da Câmara ou a capacidade orçamentária de instalação de iluminação pública. O controlo particular dos mecanismos de acesso a esses recursos, entendido dentro de estratégias de permanência no poder, cria as possibilidades de estabelecer os critérios de inclusão e exclusão de carácter clientelar antes apontadas. “No es ya el problema de la elección, como en la tradición liberal, sino el de la elección del modo de construcción colectiva de las elecciones (cuando el grupo, sea el que sea, debe de producir una opinión es importante que sepa que debe producir previamente una opinión sobre la manera de producir una opinión)” (Bourdieu, 2005: 79).

Deste quadro derivam-se as seguintes conclusões:

1. *As relações de favor e as de patrocínio não se podem associar a determinadas ideologias político-partidárias.* Encontramos um claro desfase entre os discursos e as acções. Dispor de um discurso anticlientelar pode ocultar o desejo de se apropriar ou criar uma clientela.
2. *As relações de patrocínio estabelecidas com organismos institucionais ou entidades colectivas apresentam, nos casos de estudo, a combinação de intercâmbios quer colectivos (orçamentos prejudiciais no caso das JF, actuações no caso de certas associações de Mondariz) quer individuais com pessoas determinantes nos mecanismos de decisão dos ditos organismos ou colectivos (exemplo do emprego para certos presidentes da JF ou de associações).* Neste sentido, podemos falar do reforço dos intercâmbios clientelares de carácter colectivo com o intercâmbio selectivo com algum dos seus membros.
3. *Nos contextos estudados apreciamos que as relações de patrocínio e os tratos de favor evidentemente não esvaziam as relações nem os intercâmbios realizados entre a Administração e a população.* Neste sentido, não podemos definir os contextos como sistemas políticos clientelares, mas *sistemas políticos com diversidade de relações de intercâmbio.*
4. *O patrocínio não é um problema cultural que se “soluciona” com a implantação das democracias liberais.* Ninguém duvida da consolidação deste sistema político no contexto da Gallaecia contemporânea, também não da presença de relações clientelares que se transformam a par do sistema. Quiçás a pergunta seja “que «democracia», que «medicina», que «razão crítica» os que se acham modernos usam em suas vidas?” (Cabral, 2005: 155). Esta proposta de tese alerta-nos, mais uma vez, dos efeitos do que Slavoj Žižek reflexiona tomando emprestado o conceito de «eficiência simbólica» de Levi-Strauss. “A apariência de *égalité* [[das democracias formais]] é unha ficción simbólica que, como tal, posúe eficacia de seu – un debería resistir a tentación verdadeiramente cínica de

reducilo a unha mera ilusión que oculta unha diferenza de feito” (Žižek, 2007: 10).

5. *A aproximação etnográfica aos tratos de favor e, em especial, às relações de patrocínio apresenta-se como uma estratégia metodológica idónea para o seu estudo. A etnografia em profundidade permitir-nos-á superar a visão institucionalista do Estado imaginado para analisar o vivido, experimentado e transformado pelas pessoas.*

## Epílogo

---

### **Apontamentos de futuro**



A leitura do texto precedente pode despertar interrogantes, surpresas, descobrimentos e reiteraões a respeito de outras propostas de análise do fenómeno dos tratos de favor e as relações clientelares. Esta proposta de tese pretende constituir um começo de uma linha de investigação que não se esgota com este texto e, ao mesmo tempo, abre novas perspectivas. Em momento nenhum se pensa que uma só investigação possa abranger cada um dos ângulos de um fenómeno nem que as hipóteses propostas no necessitem de verificação noutros contextos. De forma sintética, dispomo-nos a enumerar certas perspectivas ou propostas que deveriam contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno estudado.

Ao longo do texto é mencionada a existência de redes de intercâmbio ou de inter-relação. Estas redes, pensadas em sentido real e não figurativo, existem e podem-se visualizar e tomar como objectos de estudo. A análise de redes pessoais permitir-nos-ia concretar os vínculos da relação do clientelismo com as possibilidades e acessos aos recursos por parte dos indivíduos. Do mesmo modo, a aplicação desta metodologia permitiria definir com maior claridade os diferentes tipos de clientela assim como delimitar os roles de patrono-intermediário-cliente.

A nossa investigação centrou o seu principal interesse, mas não exclusivo, no nível micro da política. Um nível entendido como elo doutros e analisado em detalhe mas que deixa sem sistematizar as relações entre o nível micro-local com os meso e macro. Continuar esta cadeia de intermediações, como se vê no segundo exemplo que abre esta proposta de tese, complementar a explicação das dinâmicas locais. Pensemos na gestão dos recursos de procedência europeia. Os fundos de coesão supuseram para os dois contextos analisados uma injeção de capital sem precedentes, muitas vezes gestionados dentro das lógicas de inclusão/exclusão de origem clientelar. A sua quantidade alerta-nos, uma vez mais, para a importância da disponibilidade e acesso aos recursos para compreender as relações clientelares.

A proposta situa as relações clientelares dentro do quadro geral dos tratos de favor. Para o caso que nos ocupa, tudo indica que é acertada a diferenciação, mas pouco sabemos das outras relações. Corrupção, cunha e nepotismo são tratados de forma tangencial na investigação. Estes três intercâmbios contam com as suas produções de literatura que desconhecemos ao detalhe. Aqui apontamos vários campos onde cada um deles poderia ser analisado à luz da nossa proposta.

1. O sector imobiliário, não só no âmbito municipal, oferece-nos um espaço de análise que se presume muito frutífero para o estudo da corrupção. Pensemos na relação entre a chegada de fundos europeus e a proliferação de grandes concentrações urbanísticas ou as concessões arbitrárias de licenças de obra.

2. O sistema sanitário e o acesso aos serviços médicos de forma informal oferecer-nos-ia um campo de análise para estudar o fenómeno da cunha. A proliferação das listagens de espera para o médico no contexto do galego ou no português no faria mais do que enriquecer esta análise.

3. As dinâmicas de contratação, concessão de bolsas ou promoção interna que às vezes se apreciam no contexto universitário podem constituir um universo para o estudo do nepotismo.

Por último, consideramos que a comparação é condição necessária para a construção do conhecimento, pelo que é importante eleger os contextos etnográficos que se comparam. Neste sentido, procede uma comparação de contextos mais diferenciados entre si. Estamos a pensar tanto em espaços rurais, rururbanos como urbanos do norte da Europa: Escócia, Bretanha ou os países escandinavos como possíveis contextos de comparação etnográfica.

## Fuentes primarias

---

### 1. Entrevistas

Incluimos aquellas entrevistas que fueron realizadas mediante una cita previa con la persona informante y se grabaron o tomaron notas durante el transcurso de las mismas.

- Agostinho Caldas Afonso (10 de febrero de 2006)
- Agostinho Rodrigues Correia (27 de septiembre de 2005)
- Albertino Mendes Correia (30 de agosto de 2005)
- Albertino Mendes Correia y Agostinho Caldas Afonso (9 de agosto de 2005)
- Alfredo Fernández Cabaleiro (22 de junio de 2004)
- António Calvino (28 de agosto de 2005)
- António Fernando Vilar Vaz (19 de febrero 2007)
- Arlindo Fernandes Brandão (18 de julio de 2005)
- Augusto de Oliveira Domínguez (23 de agosto de 2005)
- Bernardino Gil Pregal (23 de junio de 2004)
- Carlos Barros Fontán (16 de mayo de 2003)
- Carlos Fernandez Alves (5 de diciembre de 2005)
- Darío Faro Barros (2 de septiembre de 2003)
- David Fernández Columna (6 de julio de 2003)
- Dolores Fortes (30 de junio de 2004)
- Domingo Bernárdez Fuertes (29 de junio de 2004)
- Emilio Táboas Rodríguez (25 de agosto de 2003)
- Francisco Chivite Mosquera (11 de septiembre de 2003)
- Joaquim Alfredo Afonso Pinheiro (18 de enero de 2006)
- Joaquim Vieira Magalhães (20 de enero de 2006)
- José Alfaya Seoane (26 de julio de 2003)
- José Andrés Mouriño Tellado (30 de agosto de 2003)

- José Emílio Pedreira Moreira (17 de agosto de 2005)
- José Fernandes Passos (18 de enero de 2007)
- José Fragueiro Suárez (23 de julio de 2003)
- José Luis Bernárdez Valverde y Lorenzo Montes Bugarín (5 de septiembre de 2003)
- José Nogueira Guisado (15 de agosto de 2003)
- Juan Reboreda Enríquez (27 de agosto de 2003)
- Julio Alén Montes (2 de mayo de 2003)
- Laurentino Correia Azevedo (27 de diciembre de 2006)
- Lourdes Valverde Bernárdez (11 de junio de 2004)
- Mário Alves Fernández (26 de enero de 2007)
- Manuel António Trancoso Gonçalves (11 de febrero de 2006)
- Manuel Armando Dias Alvares (10 de abril de 2007)
- Manuel Luís Armas Fernandes (9 de julio de 2005)
- Manuel Joaquim Lobato Lobato (31 de enero de 2007)
- Manuel Pereira de Araújo Moscoso (23 de enero de 2006)
- Manuel Regatão Fernandes (1 de febrero de 2007)
- María José Álvarez Mouriño (10 de junio de 2004)
- María Luz González Outerelo (20 de mayo de 2003)
- María Pilar Alonso Domínguez y Pablo Lamosa Táboas (20 de mayo de 2003)
- Mariluz Álvarez Fernández (20 de mayo de 2003)
- Marina Alfaro Espiñeira (6 de mayo de 2003; 30 de junio de 2004)
- Matilde Caamaño Casas (27 de agosto de 2003)
- Miguel Abollo Arribas (15 de junio de 2004)
- Miriam Esteves (22 de febrero de 2007)
- Ricardo Pardo Blanco (2 de septiembre de 2003)
- Rosa Samarão (7 de febrero de 2006)
- Vitorino Guedes Cerqueira (2 de julio de 2005)
- Sérgio Esteves Gonçalves (29 de enero de 2006)
- Xoán Xosé Pérez Labaca (26 de agosto de 2003)

- Xosé Francisco Barcia Iglesias (18 de mayo de 2003; 29 de junio de 2004)
- Xosé Manoel Carballo Lorenzo (22 de mayo de 2003)
- Xosé Manuel Márquez Castro (1 de julio de 2004)
- Xosé Ramón Salgueiro Martínez (13 de setiembre de 2003; 14 de julio de 2003)
- Xosé Ramón Salgueiro Martínez y Alfredo Lage Barros (13 de junio de 2003)

## 2. Archivos

### 2.1 Públicos

- Archivo Municipal de Mondariz
- Archivo de la ELM de Queimadelos
- Archivos del Juzgado de Paz de Mondariz
- Archivos del Juzgado de Pontearreas
- Archivo Junta de Freguesía de Anhões
- Archivo Junta de Freguesía de Lara
- Archivo Junta de Freguesía de Merufe
- Archivo de la Junta de freguesia de Pias
- Archivo Junta de Freguesía de Pias
- Archivo Junta de Freguesía de Sago
- Archivo Junta de Freguesía de Troporiz
- Archivo Municipal da Câmara de Monção
- Archivo do Governo Civil de Viana do Castelo
- Archivo Distrital de Viana do Castelo
- Archivo Nacional Torre do Tombo

### 2.2 Privados

- Archivo de Alfredo Lage Barros
- Archivo de Xosé Ramón Salgueiro Martínez

- Archivo de Lourdes Valverde Bernardez
- Archivo de Alberte Reboreda Carreira
- **Archivo de Marina Alfaro Espiñeira**
- Archivo de Francisco Chivite Mosquera

### **3. Publicaciones periódicas**

- Boletines del PSOE de Mondariz
- Boletines del BNG de Mondariz



## Bibliografía

---



## 1. Bibliografía citada

Adán Rodríguez, Rafael (2004): "Introducción". En: Adán Rodríguez, Rafael (dir.): *Gallegada e outros textos en prosa de Valentín Lamas Carvajal*. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela. 11-70.

Adler Lomnitz, Larissa (1994a): *Redes sociales, cultura y poder: ensayos de antropología latinoamericana*. FLACSO, México.

Adler Lomnitz, Larissa (1994b): "Redes informales de intercambio en sistemas formales. Un modelo teórico". En: Adler Lomnitz, Larissa (ed.): *Redes sociales, cultura y poder: ensayos de antropología latinoamericana*. FLACSO, México. 135-166.

Afonso, Zeca (1968): *Cantares do Andarilho*. Orfeu [vinilo].

Afonso, Zeca (1988): *Os vampiros*. Edisco [vinilo].

Aguilar Fernández, Paloma (1996): *Memoria y olvido de la Guerra Civil española*, Alianza, Madrid.

Aguilar Fernández, Paloma (2004): "Justiça, política e memoria: os legados do franquismo na transição española". En: Brito, Alexandra Barahona de, González-Emríquez, Carmen et Aguilar Fernández, Paloma (coords.): *Política da Memoria. Verdade, Justiça na Transição para a Democracia*, Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa. 109-153.

Albera, Dionigi et Blok, Antón (2001): "Introduction. Mediterranean as a field of Ethnological Study. A Restropective". En: Albera, Dionigi, Blok, Anton et Bromberger, Christian (dirs.): *L'anthropologie de la Méditerranée/ Anthropology of the Mediterranean*. Maisonneuve et Larose: Maison méditerranéenne des sciences de l'homme, Paris. [[En línea: [http://adam.mmsch.univ-aix.fr/Med\\_anthropology/Anthropology\\_Mediterranean\\_Intro.PDF](http://adam.mmsch.univ-aix.fr/Med_anthropology/Anthropology_Mediterranean_Intro.PDF)]

Almeida, Pedro Tavares (1991): *Eleições e caciquismo em Portugal oitocentista (1868-1890)*. Difel, Lisboa.

Almeida, Pedro Tavares de et Pinto, António Costa (2002): "Portuguese Ministers, 1851-1999: Social Background and Paths to Power". *South European Society & Politics*, Vol. 7, 3. 5-40.

Alonso Fernández, Bieito (1998): "Idade contemporánea (século XX)". En: Calo Lourido, Francisco et al. (1998): *Historia xeral de Galicia*. A Nosa Terra, Vigo. 335-393.

Álvarez Corbacho, Xaquín et Rego Veiga, Gustavo (1999): "Clientelismo político y gastos de capital en los municipios gallegos". En: Jordán Rodríguez, Manuel et Fernández Leiceaga, Joaquín (Eds.): *Congreso de Economía de Galicia*.

*Desenvolvimento e Globalización. 1998.* Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela. 97-117.

Álvarez, Norma G. (2005): "Campanñas electorales y estilos políticos: el Partido Justicialista y la Unión Cívica Radical en un municipio de Misiones, 1999". En: Amaral, Samuel et Stokes, Susan C. (comp.) (2005a): *Democracia Local. Clientelismo, capital social e innovación política en la Argentina*. Eduntref, Buenos Aires. 36-55.

Alvarado, J. (ed.) (1997): *Poder, economía clientelismo*. Marcial Pons, Barcelona.

Amaral, Samuel et Stokes, Susan C. (comp.) (2005a): *Democracia Local. Clientelismo, capital social e innovación política en la Argentina*. Eduntref, Buenos Aires.

Amaral, Samuel et Stokes, Susan C. (2005b): "La democracia local y la calidad de la democracia". En: Amaral, Samuel et Stokes, Susan C. (comp.) (2005a): *Democracia Local. Clientelismo, capital social e innovación política en la Argentina*. Eduntref, Buenos Aires. 11-35.

Amoedo López, Gonzalo et Gil Moure, Roberto (2006): *Episodios de terros duran a Guerra Civil na provincia de Pontevedra. A illa de San Simón.*. Xerais, Vigo.

Andrade, Eugénio de (1990) [1956]: *Até amanhã*. Fundação Eugénio de Andrade, Porto.

Andrés Faíña, J., Fernández Munín, F. et Landeira Vega, F. (1999): "A estrutura do espacio na Unión Europea e a posición de Galicia e o norte de Portugal: unha eurrerrexión na periferia atlántica". En Jordán Rodríguez, Manuel et Fernández Leiceaga, Xoaquín (Eds.): *Congreso de Economía de Galicia. Desenvolvimento e Globalización. 1998.* Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela. 119-130.

Arraigada Oyarzún, Evelyn (2008): "El intercambio de bienes simbólicos: fundamento de los vínculos clientelares. El partido Unión Demócrata Independiente y los sectores populares en Chile". VI Mesa Hispana para el análisis de redes sociales. XXVIII Sunbelt Social Network Conference. St. Pete Beach, Florida 23 de enero.

Augé, Marc et Colleyn, Jean-Paul (2005) [2004]: *Qué es la antropología*. Paidós, Barcelona.

Auyero, Javier (Comp.) (1997a): *¿Favores por votos? Estudios sobre clientelismo político contemporáneo*. Losada, Buenos Aires.

Auyero, Javier (1997b): "Estudios sobre clientelismo político contemporáneo". En Auyero, Javier (Comp.): *¿Favores por votos? Estudios sobre clientelismo político contemporáneo*. Losada, Buenos Aires. 15-39.

- Auyero, Javier (1999a): "Performing Evita A Tale Of Two Peronist Women". *Journal Of Contemporary Ethnography*. Vol. 27 No. 4. 461-493.
- Auyero, Javier (1999b): "From the client's point of view: How poor people perceive and evaluate political clientelism. *Theory and Society* 28. 297-334
- Auyero, Javier (2000): "The Logic of Clientelism in Argentina: An Ethnographic Account". *Latin American Research Review*, Vol. 35, No. 3, 55-81.
- Auyero, Javier (2004): *Clientelismo político. Las caras ocultas*. Capital intelectual, Buenos Aires.
- Barreira, Irllys (1998): *Chuva de papéis. Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil*. Dumará, Rio de Janeiro.
- Barreira, Irllys (1998): *Chuva de papéis. Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil*. Dumará, Rio de Janeiro.
- Barreiro Rivas, Xosé Luís (2004): *A Terra quere Pobo*. Galaxia, Vigo.
- Barreiros, Quim (1994): *O mestre de culinária*. Espacial, [CD].
- Barros Alfaro, M<sup>a</sup> L. (2002): *A II<sup>a</sup> república en Mondariz. A figura de Luis Soto como paradigma*. Universidade de Santiago de Compostela. Trabajo Académicamente Dirigido. Documento policopiado.
- Bastos Boubeta, Miguel Anxo et Mercado, Gabriel (2006): "Clientelismo e gobernanza. Unha análise da funcionalidade do clientelismo". *Revista de Pensamento do Eixo Atlántico*, N<sup>o</sup> 8. 167- 177.
- Bayerlein, Bernhard H. (1996): "Origens bonapartistas do semipresidencialismo português". *Análise Social*, Vol. XXXI, 138. 803-830.
- Beramendi, Justo G. (2007): *De provincia a nación: historia do galeguismo político*. Xerais, Vigo.
- Beramendi, Justo G. et Núñez Seixas, Xosé Manoel (1995): *O nacionalismo galego*. A Nosa Terra, Vigo.
- Bermeo, Nancy (2000) [1999]: *A teoría da democracia e as realidades da Europa do sul*. Difel, Miraflores.
- Bezerra, Marcos Otávio (1999): *Em nome das "bases". Política, Favor e Dependência Pessoal*. Relume Dumará, Rio de Janeiro.
- Biblia de Jerusalén* (1967): Desclée de Brouwer, Madrid.
- Blakeley, Georgina (2001): "Clientelism in the building of state and civil society in Spain". En: Piattoni, Simona (Ed.): *Clientelism, interests, and democratic representation*. Cambridge University Press, Combridge. 77-100
- Bloch, Marc (1977) [1939-40]: "Feudal society". En: Schmidt Steffen W., Gausti, Laura, Landé, Carl H. et Scott, James C. (eds.): *Friends, Followers, and Factions*. A

*reader in political anthropology*. University of California Press, Los Angeles. 192-207.

Boissevain, Jeremy (1966), "Patronage in Sicily". *Man*, Vol. 1, No. 1. 18-33.

Boissevain, Jeremy (1986) [[1977]: "When the saints go marching out (cuando los santos salen en procesión): Reflexiones sobre la decadencia del patronazgo en Malta". En: Gellner et alli (eds.): *Patrones y clientes*. Madrid, Júcar. 115-136.

Boletim Municipal de Monção, 15. Agosto de 2006

Bourdieu, P. et Passeron, J.C. (2001) [1970]: *La reproducción*. Editorial Popular, Madrid.

Bourdieu, Pierre (1997) [1994]: *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción*. Anagrama, Barcelona.

Bourdieu, P. (1999) [1997]: *Meditaciones pascalianas*, Anagrama, Barcelona.

Bourdieu, Pierre (2005): "El misterio del ministerio. De las voluntades particulares a la «voluntad general»". En: Wacquant, Loïc (coord): *El misterio del ministerio. Pierre Bourdieu y la política democrática*. Gedisa, Barcelona. 71-79.

Bouza Brey, Fermin (1992) [1956]: *Os cesteiros de Mondariz e a súa fala gremial*. Alicerces 1. Museo do Pobo Galego, Noia.

Bouzas Lorenza, Ramón (2004): "La Administración de la Xunta de Galicia: un balance del rendimiento organizativo". *Revista de Pensamento do Eixo Atlántico*, N° 6. 113-122.

Brettel, Caroline B. (1991) [1986]: *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Dom Quixote, Lisboa.

Briquet, Jean-Louis (1998) "La politique clientélaire. Clientélisme et processus politiques". En: Briquet, Jean-Louis et Sawicki, Frédéric (eds.): *Le clientélisme politique dans les sociétés contemporaines*. Presses Universitaires de France, Paris. 7-37.

Briquet, Jean-Louis et Sawicki, Frédéric (eds.) (1998a): *Le clientélisme politique dans les sociétés contemporaines*. Presses Universitaires de France, Paris.

Briquet, Jean-Louis et Sawicki, Frédéric (1998b): "Introduction". En: Briquet, Jean-Louis et Sawicki, Frédéric (eds.): *Le clientélisme politique dans les sociétés contemporaines*. Presses Universitaires de France, Paris. 1-5.

Brown, Kenneth (1986) [[1977]: "Los cambios de las formas de patronazgo en una ciudad marroquí". En: Gellner et alli (eds.): *Patrones y clientes*. Júcar, Madrid. 297-322.

Cabana Iglesia, Ana et Cabo Villaverde, Miguel (2006): "«Cuando lo viejo muere y lo nuevo no acaba de nacer»: La represión del asociacionismo agraria en Galicia

(1936-1945)". En: Juana, Jesús de et Prada, Julio (coords.): *Los que han hecho en Galicia. Violencia política, represión y exilio (1936-1939)*. Crítica, Barcelona. 135-164.

Cabral, João de Pina (1989) [1986]: *Filhos de Adão, filhas de Eva. A visão do mundo camponesa do Alto Minho*. Dom Quixote, Lisboa

Cabral, João de Pina (1991): "As categorias da comparação regional: uma crítica à noção de Mediterrâneo", en Pina Cabral, João (comp.): *Os contextos da Antropologia*. Lisboa, Difel. 69-89.

Cabral, João de Pina (2005): "Aprender a representar. A democracia como prática local", *Novos Estudos*, nº 71-Março. 145-160.

Caciagli, Mario (1996): *Clientelismo, corrupción y criminalidad organizada*. Centro de Estudios Constitucionales, Madrid.

Caldas, João Afonso (1975): *Monografia de S. João de Longos Vales, Monção*. Livraria Editora Pax, Braga.

Calvo, Ernesto y Murillo, Victoria (2004): "Who delivers? Partisan Clients in the Argentine Electoral Market", *American Journal of Political Science*. Vol. 48 nº .4. 742-757.

Campbell, J.K. (1974) [1964]: *Honour, Family and Patronage*. Oxford University Press, New York.

Campos Villar, Xavier (2006): "Comentario literario". En: Campos Villar, Xavier (comp): *A obra narrativa en galego de Manuel Lugris Freire*. Xunta de Galicia: Santiago de Compostela. 37-66.

Candeira Mosquera, Francisco (1990): *Caciquismo e poder local na Galicia da Restauración (Distrito de Pontearreas, 1881-1894)*. Pontearreas.

Candeira Mosquera, Francisco (1999): *O Condado na IIª República*. Egasur, Pontearreas.

Capela, José V. (coord.) (1999): *O município português na história, na cultura e no desenvolvimento regional*. Actas do Colóquio realizado pola Universidade do Minho nos dias 4 e 5 de Junho de 1998. Universidade do Minho, Braga.

Capela, José Viriato (2005a): "Administração local e municipal portuguesa do século XVIII às reformas liberais (Alguns tópicos da sua Historiografia e nova História)", en Cunha, Mafalda Soares da e Fonseca, Teresa (ed.): *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Colibri – CIDEHUS-UE, Lisboa. 39-58.

Capela, José Viriato (2005b): "A freguesia rural e a paróquia do Norte de Portugal entre a Igreja e o Estado (seus desenvolvimentos e enquadramentos nos Tempos Modernos)". *NW. Noroeste. Revista de História*, 1. 101-111.

Carvalho, Rita Almeida (2004): "A definição do marcelismo à luz da revisão da constituição". En: Rosas, Fernando et Oliveira, Pedro Aires (coords.): *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Notícias, Lisboa. 27-89.

Carvalho, Rita Almeida et Fernandes, Tiago (2003): "A elite política do marcelismo: ministros, secretários/subsecretários de Estado e deputados (1968-1974)". En: Costa, António et Freire, André (Eds.): *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Celta, Oeiras. 67-96.

Castilho, J.M. Tavares (2003): "A elite parlamentar do marcelismo (1965-1974)". En, António Costa et Freire, André (2003): *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Celta, Oeiras. 43-65.

Cazorla, José (1992): *Del clientelismo tradicional al clientelismo de partido: evolución y características* Working Paper n. 55, Barcelona. 1-25.

Cazorla Pérez, José (1994): *El clientelismo de partido en España ante la opinión pública. El medio rural, la administración y las empresas*. WP n. 86 Institut de Ciències Polítiques i Socials. Barcelona.

Cazorla Pérez, J. (1996): "El clientelismo de partido en la España de hoy: una disfunción de la democracia". En Robles Egea, Antonio (comp.): *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*. Siglo XXI, Madrid. 291-310.

Chubb, Judith (1982): *Patronage, Power and Poverty in Southern Italy. A tale of two cities*. Cambridge University Press, Cambridge.

Clapham, Christopher (ed.) (1982): *Private patronage and public power. Political clientelism in the Modern States*. London, Frances Pinter.

Coelho, Maria Helena da Cruz (1986): *O poder concelhio. Das origens às cortes constituintes*. Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra.

Colaço, Fernando Jorge (1960): *Guia elementar dos Ajudantes dos Postos do Registo Civil e das Juntas de Freguesia e Regedores nas suas relações com o Registo Civil*. Livraria Almedina, Coimbra.

Colomer, Josep M. (2004): *Cómo votamos. Los sistemas electorales del mundo: pasado, presente y futuro*. Gedisa, Barcelona.

Corte-Real, Isabel (2003): *Descentralização e Reforma Administrativa*. Celta, Oeiras.

Coscolluela Montaner, Luís (2004, 15<sup>a</sup> ed.): *Manual de Derecho Administrativo*. Tomo I. Civitas, Madrid.

Corzo Fernández, Susana (2002a): *El clientelismo político. El plan de empleo rural en Andalucía: un estudio de caso*. Biblioteca de Ciencias políticas y Sociología, Universidad de Granada, Granada.

- Corzo Fernández, Susana (2002b): *El clientelismo político como intercambio*. WP n. 206 Institut de Ciències Polítiques i Socials. Barcelona.
- Cruz Artacho, Salvador (1994): *Caciques y campesinos: Poder político, modernización agraria y conflictividad rural en Granada, 1890-1923*. Ediciones Libertarias, Córdoba.
- Cucó Giner, Josepa (1991) [1977]: "El cambio económico, la estratificación social y el poder político en una localidad de la ribera baja del Júcar". En: Prat et al. (Eds.) (1991): *Antropología de los pueblos de España*. Taurus, Madrid. 540-548.
- Cutileiro, José (2004) [1971]: *Ricos e pobres no Alentejo (Uma sociedade rural portuguesa)*. Livros Horizonte, Lisboa.
- Davis, John (1983) [1977]: *Antropología de las sociedades mediterráneas*. Anagrama, Barcelona.
- Delgado, Iva, Pacheco, Carlos e Faria, Telmo (coord.) (1998): *Humberto Delgado. As eleições de 58*, Vega, Lisboa.
- Della Porta, Donatella (sd) [1995]: "Os círculos viciosos da corrupção". En: Della Porta, Donatella et Mény, Yves (dir.): *Democracia e Corrupção na Europa*. Inquérito, Sintra. 47-57.
- Della Porta, Donatella et Mény, Yves (s.d.) [1995a]: "Introdução: Democracia e corrupção". En: Della Porta, Donatella et Mény, Yves (dir.): *Democracia e Corrupção na Europa*. Inquérito, Sintra, 9-15.
- Della Porta, Donatella et Mény, Yves (s.d.) [1995b]: "Conclusão: Democracia e corrupção: Para uma análise comparada". En: Della Porta, Donatella et Mény, Yves (dir.): *Democracia e Corrupção na Europa*. Inquérito, Sintra, 189-197.
- Durán, J.M., (1972): *Historias de caciques, bandos e ideologías en la Galicia no urbana (Rianxo 1910-1914)*. Siglo XXI, Madrid.
- Eisenstadt, S.N. et Lemarchand, René (eds.) (1981a): *Political Clientelism, Patronage and Development*. SAGE, Londres.
- Eisenstadt, S.N. et Lemarchand, René (eds.) (1981b): "Introduction". En: *Political Clientelism, Patronage and Development*. SAGE, Londres. 1-6.
- Eisenstadt, S.N. et Roniger, Luis (1981): "The Study of Patron-Client Relations and Recent Developments in Sociological Theory". En: Eisenstadt, S.N. et Lemarchand, René (eds.): *Political Clientelism, Patronage and Development*. SAGE, Londres. 271-296.
- Eisenstadt, S.N. et Roniger, Luis (1984): *Patrons, Clients and Friends*. Cambridge University Press, Cambridge.

- Escobar, Cristina (1994): "Clientelism and Social Protest: Peasant Politics in Northern Colombia". En: Roniger, Luis et Güneş Ayata, Ayşe, (Eds.): *Democracy, clientelism and Civil Society*. Lynne Rienner Publishers, London. 65-85.
- Fariña Jamardo, José (1975): *La parroquia rural gallega*. Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid.
- Fariña Jamardo, Xose (1990): *Os concello galegos. Parte xeral*. Fundación Pedro Barrié de la Maza, A Coruña.
- Fariña Jamardo, Xose (1993): *Os concello galegos. Parte especial*. Tomo VI. Fundación Pedro Barrié de la Maza, A Coruña.
- Farinha, Luís Manuel do Carmo (1998): *O Revirvalho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Editorial Estampa, Lisboa.
- Fernández de Rota, José Antonio (1987): *Gallegos ante un espejo. Imagen antropológica en la Historia*. Edicións do Castro, A Coruña.
- Fernández Leiceaga, Xoaquín et López Iglesias, Edelmiro, (2000): *Estructura económica de Galiza*. Laiovento, Vigo.
- Fernández Prieto, Lourenzo (1992): *Labregos con ciencia. Estado, sociedade e innovación tecnolóxica na agricultura galega, 1850-1939*. Xerais, Vigo.
- Fernández Prieto, Lourenzo, (1993): "Represión franquista y desarticulación social en Galicia. La destrucción de la organización societaria campesina 1936-1942". *Historia Social*, 15. 49-69.
- Fernández Prieto, Lourenzo, (1996): "Guerra Civil e franquismo". En: Vázquez Varela, Xosé Manuel et al. (1996): *Nova Historia de Galicia*. Tambre, Oleiros. 451-510.
- Fernández Prieto, Lourenzo (ed.) (2000): *Terra e progreso*. Historia agraria da Galicia Contemporánea. Xerais, Vigo.
- Fernández Prieto, Lourenzo (2006): "Tempo de sembrar". *Grial*, nº 170. 14-25.
- Fernández Prieto, Lourenzo et alli (coords) (1997): *Poder local, elites e cambio social na Galicia non urbana (1874-1936)*. Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.
- Fernández Prieto, Lourenzo et al. (1997b): "Introducción: Poder local e cambio social na Galicia na contemporánea. Balances e propostas". En: Fernández Prieto, Lourenzo et al. (Coords.): *Poder local, elites e cambio social na Galicia non urbana (1874-1936)*. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela. 9-29.
- Fernández, Rosa E., Iglesias, Carlos, L., Pérez, Ana, et Del Río, Isabel (1999): "A información estadística para a eurorrexión Galicia-norte de Portugal". En: Jordán Rodríguez, Manuel et Fernández Leiceaga, Xoaquín (Eds.): *Congreso de Economía*



de Galicia. *Desenvolvimento e Globalización*. 1998. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela. 349-363.

Ferreiro, Celso Emílio (1990) [1975]: *Longa noite de pedra*. Ediciós do Castro, Sada.

Flaquer, Lluís (1991) [1984]: "Voto y carisma: un estudio de antropología electoras". En: Prat et al. (Eds.): *Antropología de los pueblos de España*. Taurus, Madrid. 587-600

Font i Llovet, Tomás et Ponce Solé, Julio (2002): "La organización y competencias de las administraciones públicas. Los principios constitucionales sobre organización territorial del Estado". En: Rodríguez-Arana Muñoz (dir.): *La Administración Pública española*. Instituto Nacional de Administración Pública, Madrid. 223-243.

Fonseca, Maria Lucinda (1996): "Transformações democráticas e recomposição social da população. Da desertificação do interior à litoralização e urbanização de Portugal", en: Oliveira, César (dir.): *História dos municípios e do poder local*, Temas e Debates, Lisboa. 462-494.

Foster, G.M. (1961): "The dyadic contract: a model for the social structure of a Mexican peasant village". *American Anthropologist*. 63. 1173-1192.

FOX, Jonhatan (1994): "The difficult transition from clientelism to citizenship: Lessons from Mexico". *World politics*, Vol. 46, No 2. 151-184.

Frazão, A.C. Amaral (1952): *Manual de Orgânica Administrativa e Assistência Social*. Editora Gráfica Portuguesa, Lisboa.

Freire, André et Baum, Michael (2001): "Partidos políticos, movimentos cidadãos e referendos em Portugal: os casos do aborto e da regionalização", *Análise Social*. Vol. XXXVI. 158-159.

García Docampo, Manuel (2003): *A construción social do territorio galego*. Trescres, Santiago de Compostela.

García-Guadilla, María Pilar (2002): "Democracy, Decentralization, and Clientelism. New Relationships and Old Practices". *Latin American Perspectives*, Issue 126, Vol 29, N° 5 Setiembre. 90-109.

Gay, Robert (1997): "Entre el clientelismo y el universalismo. Reflexiones sobre la política popular en el Brasil urbano". En: Auyero, Javier (Comp.): *¿Favores por votos? Estudios sobre clientelismo político contemporáneo*. Losada, Buenos Aires. 67-92.

Gellner, Ernest (1986) [1977]: "Patronos y clientes". En: Gellner et alli (eds.): *Patrones y clientes*. Júcar, Madrid. 9-18.

Gellner, Ernest et alli (eds.) (1986)[1977]: *Patrones y clientes*. Júcar, Madrid.

Gellner, Ernest (2005) [1991]: "Patronazgo". En: Bonte, Pierre et Izard, Michael (dir.): *Diccionario Akal de Etnología y Antropología*. Akal, Madrid. 581-582.

- Gledhill, J., (2000) [1999]: *El poder y sus disfraces*. Edicions Bellaterra, Barcelona.
- Gilsenan, Michael (1986) [1977]: "Contra las relaciones patrono-cliente". En: Gellner, E. (Ed.): *Patrones y clientes*. Júcar, Madrid. 153-176.
- Godinho, Paula (2001): *Memórias da resistência rural no Sul – Couço (1958-1962)*. Celta, Oeiras.
- Godinho, Paula (2004a): "«Maquisards» ou «Atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946". En: VVAA: *O Cambedo da Raia. 1946. – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Asociación Amigos da Republica: Ourense. 157-227.
- Godinho, Paula (2004b): "Conflictividad rural en Portugal en el Estado Nuevo (1958-1962): Perspectiva general y estudio de caso". *Historia Social*, N° 49. 117-133.
- Godinho, Paula (2007): "Antropologia e Questões de Escala: os lugares no mundo", *Arquivos da Memória*, N° 2 (Nova série), 66-83.
- Godinho, Sérgio (1978): *Campolide*, Arnaldo Trindade & Ca [vinilo].
- Gondar Portasany, Marcial (1997): "Antropología aplicada e saúde. Unha experiencia na Galicia rural". En: González Reboredo, Xosé Manuel (coord.): *Galicia. Antropoloxía*, Hércules, A Coruña. 439-461.
- González Alcantud, José Antonio (1996): "Jerarquía *versus* igualdad: El clientelismo político mediterráneo desde la Antropología". En: Robles Egea, Antonio (comp.): *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*. Siglo XXI, Madrid. 21-42.
- González Alcantud, José A. (1998): *Antropología (y) política. Sobre la formación cultural del poder*. Anthropos, Rubí.
- González Fresco, Manuel (1984) [1936]: "O Fresco". *Memoria dun fuxido*. Xerais, Vigo.
- González Hernández, Juan Carlos (1999): *Desarrollo político y consolidación democrática en Portugal (1974-1998)*. CIS, Madrid.
- González Mariñas, Pablo (1994): *Territorio e identidade: Galicia como espacio administrativo*. EGAP, Noia.
- Gonzalez Mariñas, Pablo et López Mira, Álvaro (2004): "Historia do municipalismo como forma de organización do territorio". En: Rodríguez González, Román (dir.): *Os concellos galegos para o século XXI. Análise dunha reestructuración do territorio e do goberno local*. Vol. I, IDEGA-Universidade de Santiago de Compostela, Lalín. 59-100.
- González Rodríguez, Román (1999): *De aldeas a cidades*. Ir Indo, Vigo.

- Gordin, Jorge P. (2002): "The political partisan determinants of patronage in Latin America 1960-1994: A comparative perspective". *European Journal of Political Research*, 41. 523-549.
- Graham, Lawrence S. (1985): "Administração Pública central e local: continuidade e mudança", *Análise Social*, vol. XXI, 87-88-89. 903-924.
- Grandío Seoane, Emilio (1999): *Caciquismo e eleccións na Galiza da II República*. A Nosa Terra, Vigo.
- Grandío Seoane, Emilio (2006): Golpe de Estado y represión franquista en A Coruña. «¿Qué pasa con Coruña?». En: Juana, Jesús de et Prada, Julio (coords.): *Los que han hecho en Galicia. Violencia política, represión y exilio (1936-1939)*, Crítica, Barcelona. 19-58.
- Granovetter, Mark (1973): "The Strength of Weak Ties". *American Journal of Sociology*, 78. 1360-1380.
- Graziano, Luigi (1973): "Patron clients relationships in southern Italy". *European Journal of Political Research*, 1. 1-34.
- Graziano, Luigi (1976): "A conceptual framework for the study of clientelistic behavior". *European Journal of Political Research*, 4. 149-174.
- Graziano, Luigi (1984): *Clientelismo e Sistema politico. Il caso dell'Italia*. Franco Angeli, Milán.
- Grupo dos Comúns (2006): *Os Montes Veciñais en Man Común*. Xerais, Vigo.
- Guebel, Claudia (1996): "O Bar de Tita: política e redes sociais". En: Palmeira, Moacir e Goldman, Marcia (org.): *Antropologia, voto e representação política*. Contra Capa, Rio de Janeiro. 73-84.
- Guisado Nogueira, José (1988): *Mondariz. Historia, guía y hechos pasados*. Concello de Mondariz, Vigo.
- Güneş-Ayata, Ayşe (1994): "Clientelism: Premodern, Modern, Postmodern", en Roniger, Luis e Güneş-Ayata, Ayşe (eds.): *Democracy, clientelism and Civil Society*, London, Lynne Rienner Publishers. 19-28.
- Guy Peters, B. (2003) [1999]: *El nuevo institucionalismo. Teoría institucional en Ciencia política*. Gedisa, Barcelona.
- Halbwachs, Maurice (2004) [1925]: *Los Marcos sociales de la memoria*, Anthropos, Barcelona.
- Hall, Anthony (1977) [1974]: "Patron-client Relations: Concepts and Terms". En: Schmidt Steffen W., Gausti, Laura, Landé, Carl H. et Scott, James C. (eds.): *Friends, Followers, and Factions. A reader in political anthropology*. University of California Press, Los Angeles. 510-512

Hannerz, Ulf (1998) [1996]: *Conexiones transnacionales. Cultura, gente, lugares*, Cátedra, Madrid.

Henriques, Maria de Lurdes (2004): "Comunicabilidade e acessibilidade nos Arquivos da ex-PIDE/DGS". En: VVAA: *Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores*. Ministério da Cultura, Lisboa. 35-38.

Hervés Sayar, Enrique, (1997): "O Unicato Bugallista: Pontearas, 1891-1923. Elementos para unha análise do caciquismo e do clientelismo político na Galicia da Restauración". En: Fernández Prieto, Lourenzo et al. (coords.) *Poder local, elites e cambio social na Galicia non urbana (1874-1936)*. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela. 213-223.

Hervés Sayar, Enrique (1991): *Agrarismo e societarismo no val do Tea*. Universidade de Santiago de Compostela. Facultade de Xeografía e Historia. Memoria de Licenciatura. Documento policopiado.

Hervés Sayar, Enrique (2000) [1994]: "O nacemento do asociacionismo campeño na rexión baixomiñota, 1900-1905". En: Fernández Prieto, Lourenzo (Ed.) (2000): *Terra e progreso. Historia agraria da Galicia Contemporánea*. Xerais, Vigo. 163-191.

Hopkin, Jonathan et Mastropaolo, Alfio (2001): "From patronage to clientelism: comparing the italian and spanish experiences". En: Piattoni, Simona (ed.): *Clientelism, interest, and democratic representation*. Cambridge, Cambridge University Press. 152-171.

Horst, Heather A. et Miller, Daniel (2006): *The Cell Phone. An Anthropology of Communication*. Borg, Oxford.

Indridason, Indridi H. (2005): "A theory of coalitions and clientelism: Coalitions politics in Iceland, 1945-2000". *European Journal of Political Research*, 44. 439-464.

Jerez Mir, M. (1996): "El régimen de Franco: Élite política central y redes clientelares (1938-1957)" En: Robles Egea, A. (Comp.) (1996): *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*. S.XXI, Madrid. 253-274.

Jiménez Redondo, Juan Carlos (2003): *El otro caso Humberto Delgado. Archivos policiales y de información*. Serie de Estudios Portugueses 23-Junta de Extremadura, Mérida.

Jiménez Redondo, Juan Carlos (2004, 2ªed.): *El caso de Humberto Delgado. Sumario del proceso penal español*. Serie de Estudios Portugueses 17-Junta de Extremadura, Mérida.

Jiménez Sánchez, Fernando (1998): "Nepotismo". En: Giner, Salvador, Lamo de Espinosa, Emilio et Torres, Cristóbal (eds.): *Diccionario de Sociología*. Alianza, Madrid. 530

Juana López, Jesús de et Prada Rodríguez, Julio (2006b): "Conclusiones". En: Juana, Jesús de et Prada, Julio (coords.): *Los que han hecho en Galicia. Violencia política, represión y exilio (1936-1939)*. Crítica, Barcelona. 277-310.

Kenny, Michael (1969) [1961]: *A Spanish Tapestry. Town and country in Castile*. Peter Smith, Gloucester.

Kenny, Michael (1977) [1960]: "Patterns of patronage in Spain". En: Schmidt Steffen W., Gausti, Laura, Landé, Carl H. et Scott, James C. (eds.): *Friends, Followers, and Factions. A reader in political anthropology*. University of California Press, Los Angeles. 355-360.

Kitschelt, H. (2000): "Linkages between citizen and politician in democratic polities", *Comparative Political Studies*, Vol. 33, No. 6/7. 845-879.

Kristinsson, Gunnar Helgi (2001): "Clientelism in a cold climate: the case of Iceland". En: Piattoni, Simona (ed.): *Clientelism, interest, and democratic representation*. Cambridge University Press, Cambridge. 172-192.

Komito, Lee (1985): *Politics and Clientelism in Urban Ireland: information, reputation, and brokerage*. University Microfilms International 8603660. [En línea: [www.ucd.ie/lis/staff/komito/thesis2.htm](http://www.ucd.ie/lis/staff/komito/thesis2.htm)]

Komito, Lee (1989): "Dublin politics: symbolic dimensions of clientelism". En: Curtin, Chris et Wilson, Thomas (eds.): *Ireland from Below: Social Change and Local Communities*. Galway University Press, Galway. [En línea: [www.ucd.ie/lkomito/dublin.htm](http://www.ucd.ie/lkomito/dublin.htm)]

Kourvetaris George A. et Dobratz, Betty A. (1984): "Political clientelism in Athens, Greece: A three paradigm approach to political clientelism". *East European Quarterly*, vol.18, No 1. 35-59.

Kurtz, Donald, V. (2001): *Political Anthropology. Paradigms and Power*. Westview Press, Boulder-Colorado.

Kuschnir, Karina (2000): *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Dumará, Rio de Janeiro.

Ladero Quesada, Miguel Á (1995) [1985]: "El mundo rural. Campesinos y señores". En: Ladero Quesada, Miguel Á: *Historia Universal. Edad Media. Volumen II*. Vivenç Vivens, Barcelona. 425-448.

Lagares Díez, Nieves (1999): *Génesis y desarrollo del Partido Popular en Galicia*. Tecnos, Madrid.

Lagares Díez, Nieves (2003): "O Partido Popular de Galicia". En: Rivera Otero (Coord.) *Os partidos políticos en Galicia*. Xerais, Vigo. 19-99.

Landé, Carl H. (1977): "Introduction: The dyadic basis of clientelism". En: Schmidt Steffen W., Gausti, Laura, Landé, Carl H. et Scott, James C. (eds.): *Friends,*

*Followers, and Factions. A reader in political anthropology.* University of California Press, Los Angeles. xiii-xxxvii.

Lamas Carvajal, Valentín (1978) [1889]: *O catecismo do labrego.* Castrelos, Vigo.

Lamela García, Luis V. (1993): *Inmolados gallegos.* Edición do Castro, Sada.

Lazar, Sian (2004): "Personalist Politics, Clientelism and Citizenship: Local Elections in El Alto, Bolivia". *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 23, No 2. 228-243.

Leal, João (2000): *Etnografias portuguesas (1870-1970).* *Cultura Popular e Identidade Nacional.* Dom Quixote, Lisboa.

Ledeneva, Alena V. (1998): *Russia's Economy of Favours.* Cambridge University Press Cambridge- New York.

Lemarchand, R y Legg, K. (1972): "Political clientelism and development: A preliminary analysis". *Comparative Politics*, Vol. 4, No. 2. 149-179.

Lin, Nan (1982): "Social Resources and Instrumental Action". En: Peter Marsden et Nan Lin (eds.): *Social Structure and Network Analysis.* Beverly Hills/London/NewDelhi, Sage Publications. 131-145.

Lisón Tolosana, Carmelo (1974) [1971]: *Antropología cultural de Galicia.* Siglo XXI, Madrid.

Llobera Josep R. (1990): *La identidad de la antropología.* Anagrama, Barcelona.

Lobo, Cristina Costa (2003): "A elite partidária em Portugal, 1976-2002: dirigentes, deputados e membros do Governo". En: António Costa et Freire, André (2003) *Elites, Sociedade e Mudanza Política.* Celta, Oeiras. 249-276.

Loff, Manuel (2006): "Fim do colonialismo, ruptura política e transformação social em Portugal nos anos setenta", en Loff, Manuel e Pereira, M. da Conceição Meireles (coords.): *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004).* Editora da Universidade de Porto, Porto. 153-193.

Lois González, Rubén C. et Martínez Gargamala, Humberto (1998): *Xeografía de Galicia.* Santillana, Vigo.

Lopes, Fernando Farelo (1993a): *Poder político e caciquismo na 1ª República portuguesa.* Estampa, Lisboa.

López Facal, Xoán (2003): "A eurorrexión. Regreso ao futuro". *Tempos Novos*, 77. 20-26.

López Mira, Álvaro Xosé (2002): *Portugal: A rexionalización imposible.* Universidade de Vigo, Vigo.

Mair, Lucy (1969) [1961]: "Clientship in East Africa" en: Mair, Lucy *Anthropology and Social Change.* The Athlone Press, London. 173-184.

Máiz, Ramón (1993): *El clientelismo político en España. Un estudio de caso*. Universidade de Santiago de Compostela. Documento policopiado.

Máiz, Ramón (1994): “Estructura y acción: elementos para un modelo de análisis micropolítico del clientelismo” *Revista Internacional de Sociología*, 8-9. 189-215.

Máiz, Ramón (1996): “Estrategia e institución: El análisis de las dimensiones *macro* del clientelismo político”. En: Robles Egea, Antonio (comp.): *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*. Siglo XXI, Madrid. 43-70.

Máiz, Ramón, (2003): “Jama, Caleta y Camello: La corrupción como mecanismo de autorrefuerzo del clientelismo político”. *Revista Mexicana de Sociología*, Año 65, 1. 3-39.

Máiz, Ramón et Requejo, Roberto (s.d.): “Clientelism as a political incentive structure for corruption (Draft version)”. [en línea: [http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/grenoble/ws16/maiz\\_requejo.pdf](http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/grenoble/ws16/maiz_requejo.pdf)].

Malinowski, Bronislaw (2000 [1922]): “Introducción: objeto, método y finalidad de esta investigación”. En: Malinowski, Bronislaw: *Los argonautas del Pacífico occidental*. Altaya, Madrid. 19-42.

Mandianes Castro, Manuel (1984): *Loureses. Antropología dunha parroquia galega*. Galixia, Vigo.

Mandianes Castro, Manuel (1997): “Antropoloxía política de Galicia”. En: González Reboredo, Xosé Manuel (coord.): *Galicia. Antropología*. Hércules, A Coruña. 463-489.

Marazuela Bermejo, Almudena (2002): “Principio de autonomía local en el ordenamiento español”. En: Rodríguez-Arana Muñoz (dir.): *La Administración Pública española*. Instituto Nacional de Administración Pública, Madrid. 341-393.

Mariño Ferro, Xosé Ramón (2000): *Antropología de Galicia*. Xerais, Vigo.

Martínez Martínez, Faustino et Bouzada Gil, M<sup>a</sup> Teresa (1999): *Historia de la Administración española*. FEGAMP, Santiago de Compostela.

Márquez Paramés, José (2002): *Sobroso. Baluarte histórico de Galicia*. Fama, Vigo.

Márquez Cruz, Guillermo (2004): “Futuro e prespectivas do goberno local en Galicia”. En: Rodríguez González, Román (dir.): *Os concellos galegos para o século XXI. Análise dunha reestructuración do territorio e do goberno local*. Vol. 1, IDEGA-Universidade de Santiago de Compostela, Lalín. 423-543.

Márquez Cruz, Guillermo (2006): “La Producción Normativa Local en los Concellos de Galicia”, *Eixo Atlántico. Revista da Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal (Nueva Época)*, N<sup>o</sup> 9. 99-128.

Martínez-Risco y Macías, Sebastián (2003): “Alcalde-esa”. En: Casal Vila, Benjamín (Dir.): *Gran Enciclopedia Galega Silverio Cañada*. Tomo II. El Progreso-Diario de Pontevedra, Lugo. 49-50.

Martins, Manuel Meirinho (2003): *Participação política e grupos de cidadãos eleitores. Um contributo para o estudo da democracia portuguesa*. Instituto Superiore de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

Maxwell, Kenneth (1999) [1995]: *A construção da democracia em Portugal*. Presença, Lisboa.

Mayer, Arno J. (1984) [1981]: *La persistencia del Antiguo Régimen*. Alianza, Madrid.

Médard, Jean-François (1976): “Le rapport de Clientèle: du phénomène social à l’analyse politique”, *Revue française de science politique*. N.1 Vol.26. 103-131.

Médard, Jean-François (1981): “Political Clientelism in France: The Center-Periphery Nexus Reexamined”. En: Eisenstadt, S.N. et Lemarchand, René (eds.): *Political Clientelism, Patronage and Development*. SAGE, London. 125-172.

Médard, Jean-François (1998): “Postface”. En: Briquet, Jean-Louis et Sawicki, Frédéric (eds.): *Le clientelisme politique dans les sociétés contemporaines*. Presses Universitaires de France, Paris. 307-316.

Meirinho Martins, Manuel (1997): *As eleições autárquicas e o poder dos cidadãos*. Vega, Lisboa.

Meirinho Martins, Manuel (2004): *Participação política e democracia. O caso português (1976-2000)*. Instituto Superiore de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

Michailova, Snezhina et Worm, Verner (2003): “Personal networking in Russia and China: *Blat* and *Guanxi*”, *European Management Journal*. Vol. 21. N° 4. 509-519

Miranda, Jorge (2002): “A Administração Pública na Constituição Portuguesa”, *Revista de Direito da Faculdade da Universidade de Lisboa*. Vol. 43, n° 2. 963-986.

Molina González, José Luis (2001): *El análisis de las redes sociales. Una introducción*. Bellaterra, Barcelona.

Monteiro, Nuno Gonçalo (1996): “Os poderes locais no Antigo Regime”, en: Oliveira, César (dir.): *História dos municípios e do poder local*. Temas e Debates, Lisboa. 19-175.

Moore, Clement Henry (1986) [1977]: “Ideología clientista y cambio político: Redes ficticias en Egipto y en Tunicia”. En: Gellner et alli (eds.): *Patrones y clientes*. Júcar, Madrid. 223-250.

Moore, Michael, (dir.) (2004): *Fahrenheit 9/11*. [DVD] Dog Eat Dog Films et Fellowship Adventure Group LLC, distribuido por Alta Films, 122 min.



- Moreno Luzón, Javier (2006): “A historiografia sobre o caciquismo espanhol: balanço e novas perspectivas”, *Análise Social*, vol. XLI, n° 178. 9-29.
- Moreira, Vital (1999): “A organização territorial do Estado em Portugal”. En: Pérez Tremps, Pablo (coord.): *Jornadas luso españolas de Derecho Constitucional*. Serie de Estudios Portugueses 9-Junta de Extremadura, Mérida. 93-115.
- Molina, Ignacio de (2001) [1999]: *Conceptos fundamentales de Ciencia Política*, Alianza, Madrid.
- Mónica, Maria Filomena (coord.) (2004): *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910* (3 vol.). Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa.
- Morlino, Leonardo (1993) [1986]: “Las democracias”. En: Pasquino, Gianfranco et al.: *Manual de ciencia política*. Alianza Universidad Textos, Madrid. 79-128.
- Nabais, José Casalta (1993): “A Autonomia local”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Estudos em homenagem ao prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró, série II*. 107-221.
- Nabais, José Casalta (2004): “O regime das finanças locais em Portugal”, *Boletim da Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra*. Vol. 80. 15-57.
- Narotzky Molleda, Susana Elena (2006): “El temps just. L’ocasió del record i el seu sentit polític”, *Revista d’etnologia de Catalunya*, N° . 28. 36-53.
- Narotzky, Susana (2001): *La antropología de los pueblos de España*. Icaria, Barcelona.
- Narotzky, Susana et Smith, Gavin (2002): “Being político in Spain – An Ethnographic Account of memories, silences and public politics”, *History and Memory*, vol 14 N° 1-2. 189-228.
- Negri, Toni, (2003) [2002]: *Del retorno. Abecedario biopolítico*. Debate, Barcelona.
- Nuijten, Monique (2003): *Power, Community and the State*. Londres, Pluto Press.
- Núñez Seixas, Xosé Manoel et Soutelo, Raúl (2005): *As cartas do destino*. Galaxia, Vigo.
- Oliveira, César (1996): “Do Liberalismo à União Europeia”. En: Oliveira, César (dir.): *História dos municípios e do poder local*. Temas e Debates, Lisboa. 177-591.
- Olmeda et Parrado, 2000
- Ortega, Félix (1994): *El mito de la modernización*, Anthropos, Barcelona.
- Otero, Paulo (1999): “Organização do poder político e revisão constitucional de 1997”. En: Pérez Tremps, Pablo (coord.): *Jornadas luso españolas de Derecho Constitucional*. Serie de Estudios Portugueses 9-Junta de Extremadura, Mérida. 35-62.

Parada, Ramón, (2002): *Derecho administrativo II. Organización y empleo público*. Marcial Pons, Madrid.

Pais de Brito, Joaquim (1996): *Retrato de Aldeia com Espelho. Ensaio sobre Rio de Onor*. Dom Quixote, Lisboa.

Papakostas, Apostolis (2001): "Why is there no clientelism in Scandinavia? A comparison of the swedish and greek sequences of development". En: Piattoni, Simona (ed.): *Clientelism, interest, and democratic representation*. Cambridge University Press, Cambridge. 31-53.

Peralta, Elsa (2007): "Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica", *Arquivos da Memória*, N.º 2 (Nova série). 4-23.

Pereiro Pérez, Xerardo (2005): *Gelegos de vila. Antropología dun espazo rururbano*. Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.

Pérez Labaca, Xoán Xosé (2006): *Lendas, contos e outros relatos de Mondariz e do Balneario*. Deputación de Pontevedra, Pontevedra.

Piattoni, Simona (ed.) (2001a): *Clientelism, interest, and democratic representation*. Cambridge University Press, Cambridge.

Piattoni, Simona (2001b): "Clientelism in historical and comparative perspective". En: Piattoni, Simona (ed.): *Clientelism, interest, and democratic representation*. Cambridge University Press, Cambridge. 1-30.

Piattoni, Simona (2001c): "Clientelism, interest, and democratic representation". En: Piattoni, Simona (ed.): *Clientelism, interest, and democratic representation*. Cambridge University Press, Cambridge. 193-212.

Pimentel, Irene Flunser (2004): "A PIDE/DGS e Arquivos do IAN/TT". En: VVAA: *Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores*. Ministério da Cultura, Lisboa. 27-34.

Pimentel, Irene Flunster (2007): *A História da PIDE*. Círculo de Lectores, Lisboa.

Pinto, António Costa (2001): "Enfrentando o legado autoritário na transição para a democracia (1974-1976)", en: Brandão de Brito, J.M. (Coord) *O país em revolução*. Lisboa: Notícias editorial. 359-384.

Pinto, António Costa (2004a): "Portugal contemporâneo: uma introdução". En: Pinto, António Costa (coord.): *Portugal Contemporâneo*. Dom Quixote, Lisboa. 11-50.

Pinto, António Costa (2004b) "Ajustando contas com o passado na transição para a democracia em Portugal", en: Brito, Alexandra Barahonda de, González-Enríquez, Carmen e Aguilar Fernández, Paloma (coord.): *Política da Memória. Verdade e justiça na transição para a democracia*. Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa. 87-108

- Pinto, António Costa et Cruz, Manuel Braga da (2004): *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974* (2 vol.). Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa.
- Pires de Almeida, Antónia (2003): “As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997”. En Pinto, António Costa et Freire, André (2003): *Elites, Sociedade e Mudanza Política*. Celta, Oeiras. 9-42.
- Piselli, Fortunata (1996) [1991]: *Caminhos silenciosos da mudança. (Quatro aldeias antes e depois do 25 de Abril)*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Pitt-Rivers, J.A. (1969) [1954]: *The People of the Sierra*. The University of Chicago Press, Chicago.
- Porto Ucha, Anxo Serafín (2003): *Historias de vida. O magisterio pontevedrés na II República, Guerra Civil e Franquismo*. Alén Miño, Ponteareas.
- Porto Ucha, Anxo Serafín (2008): *Mestras e mestres pontevedreses depurados polo franquismo. Primeiras accións represivas e estudo por concellos no sur da provincia (1936-142)*. Alén Miño, Ponteareas.
- Português, Ernesto (2002): *São Salvador Cambeses. Memoria e identidade de um povo*. Câmara Municipal de Monção-Junta de Freguesia de Cambeses, Monção.
- Português, Ernesto (2006): *Ao encontro do tempo. Subsídios para a história de Monção*. Câmara Municipal de Monção, Monção.
- Português, Ernesto (2008): *São Tiago de Pias. História e Cultura*. Câmara Municipal de Monção-Fábrica da Igreja de Pias, Monção.
- Powell, J.D. (1970): “Peasant Society and Clientelistic Politics”. *American Political Science Review*, 2. 411-425.
- Prada Roríguez, Julio (2006): “Golpe de Estado y represión franquista en la provincia de Ourense”. En: Juana, Jesús de et Prada, Julio (coords.): *Los que han hecho en Galicia. Violencia política, represión y exilio (1936-1939)*. Crítica, Barcelona. 97-134.
- Prado Conde, Santiago (2007): *Novas minorías nas institucións educativas. O alumnado con procedencia rural na Terra de Melide*. Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- Rapoport, A. (1994): “Spatial organization and the built environment”. En: Ingled, T. (1994): *Comparin Encyclopedia of Anthropology*. Routledge. 460-502.
- Reixa, Antón (1994): *Viva Galicia Beibe (Cancións 1982-1994)*. Edicións Positivas, Compostela.
- Requejo, R. (2000): *El poder del favor. Ideas para una investigación sobre clientelismo político a nivel local*. Universidade de Santiago de Compostela, Departamento Ciencias Políticas. Tesina, Documento no publicado.

Rhodes, R.A.W. (1995): "El institucionalismo". En: Marsh, David et Stoker, Gerry (eds.): *Teoría y métodos de la ciencia política*. Alianza, Madrid. 53-84.

Riegelhaupt, Joyce (1973): "Festas e Padres: The Organization of Religious Action in a Portuguese Parish", *American Anthropologist*, 75, 835-851.

Riegelhaupt, Joyce (1984): "Popular Anti-Clericalism and Religiosity in pre- 1974 Portugal". En: Wolf, Eric (ed.): *Religion, Power and Protest in Local Communities*. Mouton, Berlin. 93-115.

Riezu Martínez, J. (1996): "Desde la óptica del clientelismo: Reparto del poder entre el régimen de Franco y la Iglesia Católica e integración política". En: Robles Egea, A. (Comp.) (1996): *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*. Siglo XXI, Madrid. 275-290.

Robles Egea, A. (Comp.) (1996a): *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*. Siglo XXI, Madrid.

Robles Egea, A. (1996b): "Introducción". En: Robles Egea, A. (Comp.) (1996a): *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*. Siglo XXI. Madrid. 1-18.

Robles Egea, A. (1996c): "Sistemas políticos, mutaciones y modelos de las relaciones de patronazgo y clientelismo en la España del siglo XX". En: Robles Egea, A. (Comp.) (1996a): *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*. Siglo XXI. Madrid. 229-252.

Rodríguez-Arana Muñoz (dir.) (2002): *La Administración Pública española*. Instituto Nacional de Administración Pública, Madrid.

Rodríguez Campos, Joaquín (1983): *Economía, Estratificación Social y Adaptación. Estudio Antropológico de la Tierra de Montes*, Tesis de doctoramiento. Universidade de Santiago de Compostela-Facultad de Filosofía y Ciencias de la Educación. Documento policopiado.

Rodríguez Gallardo, Ángel (2006): "Golpe de Estado y represión franquista en la provincia de Pontevedra". En: Juana, Jesús de et Prada, Julio (coords.): *Los que han hecho en Galicia. Violencia política, represión y exilio (1936-1939)*, Crítica, Barcelona. 135-164.

Rojó Salgado, Argimiro, Varela Álvarez, Enrique Jose, Río Fernandes, José Alberto et Sá Marques, Teresa (2006): *A governanza na Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal. Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular. Textos para o debate* [en línea: [http://www.eixoatlantico.com/subido/biblioteca/textos\\_debate/09-3\\_gobernanza.pdf](http://www.eixoatlantico.com/subido/biblioteca/textos_debate/09-3_gobernanza.pdf)]

Roniger, Luis (1981): "Clientelism and Patron-Client Relations: A Bibliography". En: Eisenstadt, S.N. et Lemarchand, René (eds.) (1981a): *Political Clientelism, Patronage and Development*. SAGE, Londres. 297-330.

Roniger, Luis (1987): "Caciquismo and Coronelismo: Contextual Dimensions of Patron Brokerage in Mexico and Brazil". *Latin America Research Review*, Vol.22, No 2. 71-99.

Roniger, Luis (1994a): "The comparative Study of Clientelism and the Changing Nature of Civil Society". En Roniger, Luis et Güneş-Ayata, Ayşe (eds.) (1994): *Democracy, clientelism and Civil Society*. Lynne Rienner Publishers, London. 1-18.

Roniger, Luis (1994b): "Conclusions: The Transformation of Clientelism and Civil Society". En: Roniger, Luis et Güneş-Ayata, Ayşe, (Eds.): *Democracy, clientelism and Civil Society*. Lynne Rienner Publishers, London. 207-214.

Roniger, Luis et Güneş-Ayata, Ayşe (eds.) (1994): *Democracy, clientelism and Civil Society*. Lynne Rienner Publishers, London.

Rosas, Fernando (1998): "A oportunidade perdida". En: Delgado, Iva, Pacheco, Carlos e Faria, Telmo (coor.): *Humberto Delgado. As eleições de 58*. Vega, ix-xxxi.

Rosas, Fernando (2004): *Portugal siglo XX (1890-1976) Pensamiento y acción política*, Serie de Estudios Portugueses 26. Junta de Extremadura, Mérida.

Rose-Ackerman, Susan (2002) [1999]: *Corrupção e governo*. Estudos e Controvérsias, Lisboa.

Ruivo, Fernando (1990): "Local e política em Portugal: o poder local na mediação entre centro e periferia", *Revista crítica de Ciências Sociais*, 30, 75-95.

Ruivo, Fernando (2000):

Ruiz de Azúa, Miguel A. (1978): "Las elecciones franquista (1942-1976)", *Historia 16 Extra II Las elecciones en España*. 85-94

San Román, Teresa (1996) [1995]: *Los muros de la separación. Ensayo sobre alterofobia y filantropía*. Tecnos-Universitat Autònoma de Barcelona, Madrid.

San Román, Teresa (2005): *Traslación del modelo de investigación etnográfica propuesto a su utilización en zonas urbanas de las modernas sociedades industrializadas*. Documento policopiado.

San Román, Teresa, González, Aurora et Díaz, Aurelio (2004): *Presupuestos del GRAFO sobre investigación en Antropología*. Documento policopiado.

Sánchez Cervelló, Josep (1993): *A Revolução portuguesa e a sua influência na transição española (1961-1976)*. Assírio & Alvim, Lisboa.

Santos, José António (1995): *As freguesias. História e actualidade*. Celta, Oeiras

Santos Silva, Augusto (1994): *Tempos Cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*. Afrontamento, Porto.

Sartori, Giovanni (2002) [1992]: "Democracia". En: Sartori, Giovanni: *Elementos de Teoría Política*. Alianza Editorial, Madrid. 29-70.

- Sawicki, Frédéric (1998): *La faiblesse du clientélisme partisan en France*. En: Briquet, Jean-Louis et Sawicki, Frédéric (eds.): *Le clientelisme politique dans les sociétés contemporaines*. Presses Universitaires de France, Paris. 215-249.
- Schmidt Steffen W., Gausti, Laura, Landé, Carl H. et Scott, James C. (eds.) (1977): *Friends, Followers, and Factions. A reader in political anthropology*. University of California Press, Los Angeles.
- Schmitter, Philippe C. (1999a) [s.d]: “Impacte e significado das eleições «não concorrentes, não livres e não significativas» no regime autoritário português, 1933-1974”. En: Schmitter. Philippe C. (1999): *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. ICS, Lisboa. 71-102.
- Schmitter, Philippe C. (1999b) [s.d]: “O corporativismo e a política pública em Portugal durante o regime autoritário”. En: Schmitter. Philippe C. (1999): *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. ICS, Lisboa. 103-178.
- Schwartzman, K. (1987): “Inestabilidade democrática nos países semiperiféricos. A Primeira República portuguesa”. En: VVAA: *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarquia 1926-1959*. Vol I, Fragmentos, Viseu. 145-163.
- Scott, J.C. (1972): “Patron-client politics and political change in southeast Asia”, *American Political Science Review*, 66. 91-113.
- Scott, James C. (1977): “Political Clientelism: A Bibliographical Essay”. En: Schmidt Steffen W., Gausti, Laura, Landé, Carl H. et Scott, James C. (eds.): *Friends, Followers, and Factions. A reader in political anthropology*. University of California Press, Los Angeles. 483-510.
- Scott, James (1985): *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale University Press, New Haven.
- Scott, James (1986) [1977]: *¿Patronazgo o explotación?* En: Gellner, E. (ed.): *Patrones y clientes*. Júcar, Madrid. 35-61
- Scott, John et Marshall, Gordon (2005) [1994]: *Dictionary of Sociology*. Oxford University Press: Oxford.
- Serra, Mário Cameira (2004): *Jogos tradicionais ao serão e na taberna*. Edições Colibri, Lisboa.
- Shefter, Martin (1994): “Patronage and Its Opponents: A Theory and Some European Cases”. En: Shefter, Martin: *Political Parties and the State. The American Historical Experience*. Princeton University Press, Princeton. 21-60.
- Silva, Carlos Nunes (1995a): *Poder local e território. Análise geográfica das políticas municipais, 1974-94*. Tesis de doctoramiento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Documento policopiado.

- Silva, Carlos Nunes da (1996): “O financiamento dos municípios”, en: Oliveira, César (dir.): *História dos municípios e do poder local*. Temas e Debates. 433-462.
- Silva, Francisco Ribeiro da, (2005): “Historiografia dos municípios portugueses (séculos XVI e XVII)”. En: Cunha, Mafalda Soares da e Fonseca, Teresa (eds.): *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Colibri – CIDEHUS-UE, Lisboa. 9-37.
- Silva, Manuel Carlos (1993) [1991]: “«Desenvolvimento» numa aldeia minhota: os mediadores”. En, Silva e Costa, Manuel et Pinheiro Neves, José (coord.): *Autarquias locais e desenvolvimento*. Afrontamento, Porto. 103-132.
- Silva, Manuel Carlos (1994): “Peasants, Patrons, and the State in Northern Portugal”. En: Roniger, Luis et Güneş-Ayata, Ayşe, (eds.): *Democracy, clientelism and Civil Society*. Lynne Rienner Publishers, London. 29-48.
- Silva, Manuel Carlos (1998): *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Afrontamento, Porto.
- Sives, Amanda (2002): “Changing Patrons, from Politician to Drug Don. Clientelism in Downtown Kingston, Jamaica”, *Latin American Perspectives*, Issue 126, Vol. 29 No 5. 66-89.
- Sobral, José Manuel (1999): *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, ICS, Lisboa.
- Soto Fernández, Luis, (1983): *Castelao, a U.P.G. e outras memorias*. Xerais, Vigo.
- Sousa, Paulo Silveira (1996a): “A literatura, a política e os municípios no Portugal liberal”. En: Oliveira, César (dir.): *História dos municípios e do poder local*. Temas e Debates. 222-242.
- Sousa, Paulo Silveira (1996b): “Caciquismo e poder local na literatura sob o Estado Novo”. En: Oliveira, César (dir.): *História dos municípios e do poder local*. Temas e Debates,. 325-341.
- Spindler, George (1993) [1987]: “La transmisión de la cultura”. En: Velasco, Honorio et alli (Ed.) (1993): *Lecturas de Antropología para educadores*, Ed. Trotta, Madrid. 205-241.
- Subirats, Joan (2001): “Nuevos mecanismo participativos y democracia: promesas y amenazas”. En: Font, Joan (coord.): *Ciudadanos y decisiones públicas*. Ariel Ciencia Política, Barcelona.
- Sydel Silverman (1965): “Patronage and Community-Nation Relationships in Central Italy”, *Ethnology*, Vol. 4 No 3. 172-189.
- Syrett, Stephen (1995) *Local Development. Restructuring, locality and economic initiative in Portugal*. Avebury, England..
- Tavares, Gonçalo M. (2005): *O Senhor Klaus*. Caminho, Lisboa.

- Teixeira, Carla Costa (2004): "Pesquisadores, parceiros e mediadores políticos", *Anuário antropológico*, Ano 2002/2003. 351-373.
- Terol Gómez, Ramón (2002): "La Administración de las Comunidades Autónomas". En: Rodríguez-Arana Muñoz (dir.): *La Administración Pública española*. Instituto Nacional de Administración Pública, Madrid. 313-340.
- Tornos Mas, Joaquín (2002): "La Administración periférica del Estado". En: Rodríguez-Arana Muñoz (dir.): *La Administración Pública española*. Instituto Nacional de Administración Pública, Madrid. 291-311.
- Tusell, Javier (1987): "Franquismo e salazarismo". En: *VVAA: O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia 1936-1959 Vol. I*, Estudos, Lisboa. 31-47.
- Vale de Almeida, Miguel (2000, 2ª ed.): *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Fim de Século, Lisboa.
- Varela Fernández, Julia (2004): *A Ulfe. Sociología dunha comunidade rural galega*. Sotelo Blanco, Santiago de Compostela.
- Varela, Roberto (2005): *Cultura y poder. Una visión antropológica para el análisis de la cultura política*. Anthropos-Universidad Autónoma Metropolitana, Barcelona.
- Vargas González, Pablo (1993): *Lealtades de sumisión. Caciquismo: poder local y regional en la Ciénaga de Chapala, Michoacán*. El Colegio de Michoacán, Zamora-México.
- Veiga, Linda Gonçalves e Veiga, Francisco José (2005): "Eleitoralismo nos municípios portugueses", *Análise Social*, Vol. XL, 177, 865-889.
- Vidigal, Luis (1988): *Cidadania, caciquismo e poder. Portugal, 1890-1916*. Livros Horizonte, Lisboa.
- Villares, Ramón, (2004): *Historia de Galicia*. Galaxia, Vigo.
- VVAA (2004): *Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores*. Ministério da Cultura, Lisboa.
- Wacquant, Loïc (2005): "Ghettos Everywhere? Rethinking Urban Poverty And Segregation In European Societies". Conferencia pronunciada en el Instituto de Ciências Sociais de la Universidade de Lisboa el 8 de junio de 2005 [en línea: <http://www.aps.pt/20anos-aps.htm>].
- Warner, Carolyn M. (2001): "Mass parties and clientelism in France". En: Piattoni, Simona (ed.): *Clientelism, interest, and democratic representation*. Cambridge, Cambridge University Press. 122-151.
- Wateau, Fabienne (1996): "D'une production d'autoconsommation à une production rentable: le cas de la vigne dans l'Alto Minho". En: Brito, Joaquim Pais de et al. (coords.): *O voo do arado*. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia. 289-299.



- Wouters, Marc, (1993): *1936. Os primeiros días*. Xerais, Vigo.
- Weber, Max (2005) [1922]: “Os três tipos puros do poder legítimo”. En: Weber, Max (comp.): *Três tipos de poder e outros Escritos*. Tribuna, Lisboa. 19-32.
- Weingrod, Alex (1968): “Patrons, Patronage, and Political Parties”, *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 10, No. 4. 377-400.
- Weingrod, Alex (1986) [1977]: “Patronazgo y poder”. En: Gellner, E. et al. *Patrones y clientes*. Madrid, Júcar. 63-77.
- Wiarda, Howard J. e MacLeish Mott, Margaret (2001), *Catholic Roots and Democratic Flowers Political Systems in Spain and Portugal*. Preager, Westport-Connecticut.
- Wolf, E. R. (1956): “Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico”. *American Anthropologist*, Vol. 58, No. 6. 1065-1078.
- Wolf, Eric R. (2001) [1966]: “Kindship, Friendship, and Patron-Client Relations in Complex Societies”, en Wolf, Eric R. (2001): *Pathways of Power. Building an Anthropology of the Modern World*. University of California Press, Los Ángeles. 166-183.
- Woolf, Virginia (2005) [1931]: *Retrato de una londinense*. Lumen, Barcelona
- Young, Michael W. (2004): *Malinowski. Oddisey of an anthropologist 1884-1920*. Yale University Press, New Haven-London.
- Zbyszewski, João Paulo (2006): “Algumas reflexões sobre a eleição e o funcionamento das autarquias locais”, *Eleições. Revista de assuntos eleitorais*, 10, 97-107.
- Zizek, Slavoj (2007): “Tolerancia multicultural como ideología”. Conferencia pronunciada en el Seminario “Os sentidos das Culturas” no Consello da Cultura Galega el 9 de marzo de 2007. [en línea: [http://consellodacultura.org/sentidos/wp-content/uploads/2007/03/zizek\\_galego.pdf](http://consellodacultura.org/sentidos/wp-content/uploads/2007/03/zizek_galego.pdf)].

## 2. Bibliografía referida

- Beiras Torrado, Xosé Manuel, (1975): “A emigración: o seu papel na dinámica da formación social galega”. En: VVAA: *A Galicia rural na encrucillada*. Galaxia, Vigo
- Boissevain, Jeremy, (1968): “Patron as brokers”. Conference on Patronage, Dutch Sociological Association. (Junio).
- Dahl, R., (1974) [1971]: *La poliarquía. Del autoritarismo a la democracia*. Tecnos, Madrid.

Ferrás Sexto, Camilo, (1996): *Cambio rural na Europa Atlántica. Os casos de Irlanda e Galicia 1970-1990*. U.S.C.-Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.

Gay, Robert (1990): "Community Organization and Clientelism Politics in Contemporary Brazil: A Case Study from Suburban Rio de Janeiro", *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol 14, No 4, 648-665.

Heredia, Beatriz et Palmeira, Moacir (1994): "Os comícios e a política de facções", *Anuário Antropológico*, 31-94

Łopaciński, Hieronim (1989): "Lucjan Malinowski (1839-1898)", *Kurjer Niedzielny*, Varsovia.

Lynn, Karl et Schmitter, Ph. C., (1991): "Modos de transición en América latina, Europa del Sur y Europa del Este", *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 128, 283-300.

Nogueira Román, Camilo, (1977): *Población y desarrollo económico en Galicia*. Sodita, Santiago de Compostela.

Pasquino, Gianfranco, (1993) [[1986]: "Participación política, grupos y movimientos". En: Pasquino, Gianfranco et al.: *Manual de ciencia política*. Alianza Universidad Textos, Madrid.

Presedo Ledo, A. et al. (1994): *A población en Galicia. A crise demográfica e o seu impacto territorial*. Xunta de Galicia, A Coruña.

Rabelo de Sousa, Marcelo (1997): *O Sistema de governo Municipal*, Edição da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, Santarém - Conferência proferida no XVI Colóquio Nacional da ATAM, em Vilamoura, no dia 7 de Novembro de 1996.

Roniger, Luis (1990): *Hierarchy and Trust in Modern Mexico and Brazil*. Praeger, New York.

Santos, Boaventura S. (1991): "State, Wage Relations and Social Welfare in the Semiperiphery: The case of Portugal", *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 23.

Slater, D. et Tacchi, J. (2004): *Research: ICT Innovations for Poverty Reduction*. UNESCO, New Delhi.

Stokes, D.E., (1963): "Spatial models of party competitions and national elections", *American Political Science Review*, 63. 368-377.



## Anexo I.

---

### Represión en Mondariz

*Igoal que un can danado nos camiños  
o terror anda solto polo mundo*

“O Can Danado”

Celso Emilio Ferreiro (1990[1975]: 59)

*No céu cinzento  
sob o astro mudo  
batendo as asas  
pela noite calada  
vém em bandos  
com pés de veludo  
chupar o sangue  
fresco da manada*

“Vampiros”

Zeca Afonso (1988)

En este anexo queremos exponer los datos referentes a la represión en el municipio de Mondariz a partir de la sublevación militar de 1936. Dividimos el texto en tres apartados que se relacionan pero que procuran sistematizar la información obtenida. En primero lugar, la depuración administrativa que se aplica a las instituciones locales. En segundo lugar, la represión a las personas físicas en forma de amenazas y asesinatos. En tercer lugar, la represión material y simbólica que se impone tras la Guerra Civil. La información que aquí exponemos procede de entrevistas a represaliados y familiares de represaliados del 36 así como de la consulta de diversos archivos.

### 1. La depuración administrativa

La depuración del cuerpo de funcionarios fue intensa. Tanto en la plantilla de funcionarios municipales como en la de maestros, la cesión, rebaja de categoría, la cárcel o asesinato fueron prácticas comunes. El cuerpo de funcionario leal a la II República con ligazones a su último gobierno, fueron objetivo de la represión.

La plantilla municipal está compuesta por nueve miembros en la altura de 1940<sup>269</sup>. En 1936, serán tres los funcionarios o empleados municipales represaliados<sup>270</sup>. Las actas relatan esta represión en forma de ausencias del Ayuntamiento. El primero al que nombran es al “oficial primero del Ayuntamiento Celso Collazo Álvarez ausente desde el 18 de julio sin saber su paradero. Estuvo en la batalla de Lavadores”. Celso Collazo será *paseado*. Candeira (1999:242) lo nombra como orador en la celebración del 1º de Mayo de 1936. Cuenta que “na tribuna erguida fronte á Casa do Concello fixeron uso da palabra á multitude, Collazo, Barbado, Bilbatúa e Soto que coincidiron en amosa-lo significado do 1º de maio e a necesidade de mante-la F.P. e loitar contra a reacción e guerra. Foron ‘aplaudidísimos’ ”. Se trataba de una persona comprometida públicamente con la II República. Como veremos más adelante, su muerte estará presente en los plenos municipales a través de los reiterados intentos de su viuda por cobrar una pensión.

La segunda persona que aparece es el auxiliar mecanógrafo Guillermo Morado Caldevilla del que se menciona fue el Secretario del Frente Popular. Esta última información no está contrastada. El tercer hombre fue el guardia municipal de campo Luis Casales Iglesias del que dicen pasó 12 años en la cárcel.

---

<sup>269</sup> Sesión de lo de Julio de 1940 [AMM 1.1/6/2 (p.7)]. En ella se habla de un expediente de depuración político-social. Se establece que no hay motivos de expediente para los siguientes funcionarios públicos: Secretario: Benjamín Estévez Garra; Auxiliar mecanografía: Fernando Lorenzo Álvarez; Sanitario médico de asistencia: José Rodríguez Sobrino, Lino Troncoso Faro; Farmacéutico: Maximino Fuertes Rodríguez; Veterinario: José Ramón Vidal Pequeño. Practicante interino: Benjamín Luis Barros Bernárdez; Funcionarios subalternos: Virgilio Abril Iglesias, Benjamín Rodríguez Lago.

<sup>270</sup> Sesión del 31 de diciembre de 1936. AMM 1.1/6/1 (p.3).

Guillermo Morado Caldevilla solicitará la rehabilitación a su puesto de trabajo. El tema es tratado en la Sesión del 14 de febrero de 1938<sup>271</sup> siendo su solicitud admitida. En las actas municipales aparece tres veces más. El 9 de julio de 1946<sup>272</sup> donde es tratado como ex- auxiliar mecanógrafo y el 3 de octubre de 1948<sup>273</sup> donde es considerado oficial temporero. Su incorporación, por lo que se puede deducir de los datos expuestos, implicó el descenso de su categoría profesional.

El cuerpo de docentes no fue ajeno a las represalias que se mostraron tan intensas como lo había sido su renovación pedagógica. En 1936, Mondariz contaba con 19 grupos escolares (Porto, 2008: 106). Las clases se impartían en casas particulares arrendadas a particulares o en edificios propiedad municipal. En las actas plenarias son frecuentes la presencia de discusiones en torno al importe de los alquileres de las casas-vivienda y, hasta que no hubiera un grupo escolar dedicado exclusivamente a la docencia, el cambio de la casa-escuela era frecuente. Los arreglos de dichas casas era competencia municipal y en el apartado de cuentas de las actas plenarias son también frecuentes las partidas pagadas a albañiles o carpinteros para el arreglo de dichos locales. Recogemos en las actas varias discusiones sobre la concesión de obras en una casa-escuela. El caso que más sesiones ocupa es el arreglo de las casas escuela de la parroquia de Toutón.

En los años comprendidos entre 1940 y 1945 el pleno discutirá los arreglos y arriendos de la casa-escuela de Toutón hasta nueve veces. Se nombrará una comisión especial de seguimiento para dar cuenta de las necesidades y valorar la necesidad y profundidad de los arreglos necesarios. Se presentará un informe de la comisión seguidora de las obras discutiéndose su contenido en las sesiones plenarias.

Tal como recoge Lara Barros (2002: 22-23), el maestro Luis Soto reitera con frecuencia en el Consejo de Enseñanza del Ayuntamiento las lamentables condiciones del inmueble donde imparte docencia. Comenta que “tiene matriculados 65 alumnos con una asistencia media de 52, y solo existen en la Escuela 14 mesas-banco bipersonales, teniendo que permanecer de pie, tristemente amontonados, la mitad de la asistencia escolar”<sup>274</sup>. Esta precariedad parece ser que fue una constante antes y después de la sublevación militar. Recogemos el testimonio de una instancia en la que se rescinde el contrato de arriendo de la casa-escuela de Barro, en Gargamala, por amenaza de ruina<sup>275</sup>. La escuela de Toutón, después de las discusiones en las sesiones plenarias, no se encuentra en buenas condiciones en 1944. Las actas así lo reflejan: “Arreglo de la escuela de Toutón: La presidencia manifiesta que la casa-escuela de Toutón, propiedad del Ayuntamiento, necesita una urgente

---

<sup>271</sup> AMM 1.1/6/1 (p.38).

<sup>272</sup> AAM 1.1/7/1 (p.84).

<sup>273</sup> AAM 1.1/7/1 (p.100).

<sup>274</sup> Acta el 10 de diciembre de 1934 el Consejo Local de 1ª Enseñanza. (Barros, 2000: 22)

<sup>275</sup> Sesión del 12 de febrero de 1941. AMM 1.1/6/3 (p.41-42).

reparación por hallarse en lamentables condiciones, y después de amplia deliberación se acuerda sacar á concurso entre maestros de obras los expresados arreglos”<sup>276</sup>.

Un año después, el maestro de la misma escuela, pide al Ayuntamiento que le abone el importe del arrendamiento del inmueble dado su “lamentable estado”<sup>277</sup>. En definitiva, la situación de los maestros era, en términos generales, bastante precaria. Si bien aquí hemos intercalado datos de antes y después de la sublevación, eso nos muestra que el programa que se planteaba llevar a cabo la última corporación municipal aún tardaría años en cumplirse en el punto referido a los centros escolares.

La precariedad que se paliaba a pasos cortos durante la II República vendrá acompañada en Julio del 36 de una fortísima represión. En Mondariz no se registraron asesinatos de maestros conocidos pero si que hubo una intensa depuración. En el Boletín Oficial de la Provincia de Pontevedra del 1 de septiembre de 1936 se publica un a lista de maestros suspensos de sus cargos (Porto, 2003: 78-87). En el Ayuntamiento de Mondariz serán un total de siete docentes los amonestados:

Francisco Bouza Sánchez (Paco de Aboal), maestro de Frades  
Matilde González Penas, maestra de Mondariz número 1  
José Luces Iglesias, maestro de Vilasobroso  
Leopoldo Martínez Gómez, maestro de Gargamala  
Juan Sonería Barreiro, maestro de Toutón  
Luis Soto Fernández, maestro de Mondariz número 2  
María del Pilar Vázquez Martínez, maestra de Riofrío-Vilar  
Antonio Pérez Cubelas, mestre de Mondariz n°1<sup>278</sup>

De todos ellos, sólo tenemos noticias de Luis Soto y Francisco Bouza. El resto desconocemos si se reincorporaron a sus puestos de trabajo o abandonaron la docencia. El segundo fue perseguido y tuvo que esconderse. Respecto a Luis Soto, por su importancia posterior durante la Guerra Civil y su actividad en el exilio tenemos más noticias. Exponemos ahora una breve reseña de la experiencia vivida por Luis Soto<sup>279</sup> que nos servirá como ejemplo.

El 14 de octubre de 1934, Luis Soto Fernández toma posesión de su puesto como “Maestro Nacional” en Mondariz que ocupará hasta julio de 1936. Naciera en Podentes, A Bola, en la provincia de Ourense. Desde joven mostró habilidades con la lectura y los estudios. Emigrado en Argentina comienza a escribir en un periódico local. A su vuelta, participa en la guerra de África. En 1931 ingresa en el PCE donde colabora activamente en la FETE (Federación de Trabajadores de la Enseñanza)

---

<sup>276</sup> Sesión Ordinaria del 2 de octubre de 1944. AMM I.I/6/4 (p.27) Se trata de la escuela de Casco de propiedad municipal.

<sup>277</sup> Sesión Ordinaria del 3 de septiembre de 1945. AMM I.I/6/5 (p. 41)

<sup>278</sup> Este maestro es sancionado en septiembre (Porto, 2008: 110).

<sup>279</sup> La información central para elaborar este apartado ha sido obtenida de Barros (2002) y Porto (2003, 2008). En caso de utilizar otras fuentes, se citará la fuente.

desde donde promueve asociaciones similares en la provincia de Ourense. Se trata de un hombre dinámico y comprometido con los valores de la II República así como con el galleguismo de la época. Su presencia en Mondariz no pasó inadvertida. Sus quejas ante el pleno del Ayuntamiento por el estado de la casa-escuela donde impartía clase eran frecuentes.

Su labor política continuó dentro y fuera de las aulas. Era amigo de conversaciones de Enrique Peinador, conocido galeguista, de Manuel Lamartín, republicano y de los maestros de Aboal y Lougares. En Mondariz organizaba mítines como el citado más arriba. En sus clases se aprendía, a parte del Himno del Riego, la Internacional que cantaban sus alumnos. En tiempos libres daba clases nocturnas a obreros adultos. Esta labor fuera y dentro de las aulas le valió ganarse los recelos de los “de la Plaza”, de las personas con mayor nivel económico en la villa y que formarán parte importante de la elite salida de la sublevación militar.

Esta misma sublevación es la que obliga a Luis Soto a esconderse de los falangistas. En primer lugar, se esconde en la finca de su casera para pasar posteriormente a la casa de la maestra Julia Labaca donde su marido, Antonio Pérez Cubelas, también está escondido. Su hijo, Xoán Xosé Pérez Labaca, en entrevista personal, afirmó que su padre también había sido amonestado y apresado en la Isla de San Simón en Redondela<sup>280</sup>. Según la información de su hijo, Antonio Pérez tenía un ideario de izquierdas en contraposición con el de derechas que poseía su esposa. Luis Soto pasa de esta casa a la rectoral donde el cura, Francisco Álvarez, también esconde a Francisco Bouza, maestro de Aboal. Allí están hasta el mes de agosto cuando, con la ayuda de una hermana de Luis Soto y de su casera Pilar Alfaya, y la complicidad del médico Lino Troncoso, consiguen sacar al maestro vestido de franciscano. Este relato coincide en las dos fuentes consultadas. Mientras que Luis Soto cruzara la frontera portuguesa por Tourém para luego ir a Lisboa, su mujer será encarcelada. Luis Soto pasa al bando republicano siendo un activo dirigente. Acompaña Castelao como secretario en su gira por América en julio de 1938. Finalmente se exiliará en México donde lleva a cabo una prolifera labor político-cultural con Galicia y el comunismo como referentes.

## 2. Amenazados, *fuxidos* y *paseados*

Junto a los administrativos, docentes y corporaciones municipales, simpatizantes, militantes, personas de izquierda en general fueron perseguidas, amenazadas o fusiladas esos días. Resulta complicado contabilizar a todas estas personas. Registrar la persecución por las autoridades del nuevo régimen se presenta como tarea ardua dado el inestable rastro que estas dejan pasado los años<sup>281</sup>. Sin

---

<sup>280</sup> Vid. Pérez Labaca (2006: 118-120) y Amoedo et Gil (2006: 345).

<sup>281</sup> En 2006 se inició un proyecto de investigación que bajo el nombre de “As vítimas, os nomes e as voces” tiene como objetivo “estudar a represión franquista da guerra civil e da ditadura, ofrecendo á sociedade os



pretensión de presentar cifras definitivas sino sólo mostrar la aproximación que establecemos utilizando los listados de Darío Faro y la información obtenida del trabajo de campo, podemos fijar en 63 las personas que fueron de una u otra manera amenazadas y un total de 16 mondarizanos asesinados<sup>282</sup>. A estos muertos añadimos 11 hombres oriundos de otras localidades, que figuran en el registro de defunciones de los juzgados.

Seis de ellos aparecen muertos el 5 de octubre de 1936 cerca del matadero municipal. En la ficha de registro civil consta que aparecieron “en las inmediaciones de esta villa”. Este episodio se repitió en varias entrevistas añadiendo que los falangistas del municipio obligaron a una vecina a transportar a los *paseados* en su carro. Otro grupo de cuatro aparece el 6 de abril de 1937 en “las inmediaciones de Vilasobroso”, parroquia de Mondariz. Como causa de la muerte consta “heridas producidas por arma de fuego”. Otro hombre aparece muerto también por “hemorragia interna producida por arma de fuego” en las inmediaciones de Vilasobroso. En el primer grupo de seis hombres, sólo el primer registro especifica la causa de la muerte, “heridas producidas por arma de fuego”. Este dato es propio de las personas *paseadas* en cuyos registros no suele constar la causa de muerte real (Lamela, 1993: 340, 345 y ss.).

Junto a las causas de muerte, todas estas personas coinciden en tres datos que los diferencian del resto de registros por defunción. Mueren en circunstancias violentas, no son de Mondariz y sus cuerpos aparecen en las inmediaciones de núcleos urbanos. A esto le sumamos la información obtenida en el trabajo de campo. Aunque en la partida de defunción figure el cementerio donde fueron enterrados, Mondariz y Vilasobroso, en una visita a los mismos pudimos comprobar que no existen sepulturas visibles y reconocibles. Un informante nos comunica que los seis asesinados en las inmediaciones de Mondariz, fueron enterrados en el cementerio protestante<sup>283</sup>. Esto nos lleva a concluir que los once hombres son efectivamente parte de la represión de la Guerra Civil

---

datos relativos ás persoas que sufriron algún tipo de persecución por mor da súa ideoloxía ou a súa posición favorable á democracia republicana. Esta tarefa abórdase desde a perspectiva da investigación histórica, como parte dun crecente interese dos especialistas polo tema da Guerra Civil e da conseguinte represión” ([www.anodamemoria.com/victimas/ga/web/info.php?idc=1](http://www.anodamemoria.com/victimas/ga/web/info.php?idc=1)). En el momento de redacción de esta propuesta de tesis, no contamos con información definitiva de esta investigación. Con todo, tal y como argumentan Juana y Prada (2006: 291) “que las víctimas sean cuatro o cinco mil en toda Galicia no cambia en nada la valoración acerca de los objetivos, los mecanismos y los sujetos activos y pasivos de la represión”.

<sup>282</sup> Los datos no han sido contrastados individualmente. En el caso de los muertos, de las 16 personas nombradas por Darío Faro en sus listados, aseguramos la muerte de 6.

<sup>283</sup> El cementerio en activo en 1936 data de 1888. En su entrada hay una placa con una inscripción en la que se puede leer: “Cementerio Católico de Mondariz. 1888”. Adosado a su lado izquierdo hay un pequeño terreno amurallado sin placa que se reserva para los entierros no católicos. Este reducido recinto es llamado el cementerio de los protestantes. Durante el trabajo de campo pudimos recoger el testimonio del entierro de esos hombres *paseados* y el de una mujer de Sabaxáns soltera con dos hijos. Una vez revisado el cementerio parroquial de Vilasobroso, no encontramos ninguna placa con referencias a los hombres *paseados* en esta parroquia.

En resumen, tenemos un mínimo de 63 personas amenazadas y 27 muertas entre mondarizanos y personas foráneas asesinadas en el municipio entre los años 1936 y 1939 fruto de la represión.

Como podemos observar, la represión física toma varias formas. Desde su expresión más dura de la muerte hasta la amenaza y la persecución. A continuación exponemos varios casos relatados por informantes o recogidos en la literatura que sintetizan diferentes grados de represión. Con ellos intentaremos que el lector pueda hacerse una idea de las experiencias vividas y del contexto de persecución sufrido por los simpatizantes de la II República.

### 2.1 Perseguido y encarcelado: Manuel Martínez Alonso, “O Lebre”<sup>284</sup>.

Se trata de un carpintero socialista y durante la II República uno de los cabecillas de la agrupación en Mondariz. Colaboraba activamente en la organización de mítines y actos políticos. En julio de 1936 participa en la defensa de la casa Estanislao Núñez en Lavadores. Las autoridades buscan en la comarca de O Condado a los responsables de los sucesos. Esto, sumado a su implicación política, le obliga a huir. En un primer momento se esconde en una finca del Escobeiro, un barrio de Mondariz, para luego hacerlo en su propia casa. El acoso de los guardas cívicos le obliga a refugiarse en las cortes de una vecina y de ahí huir al monte donde pasará más de un año. Con la posesión como gobernador civil de Mario Quintas y su palabra de dejar en libertad a los huidos que regresen, “O Lebre” remata con su huida. Después de pasar seis meses en la cárcel, vuelve a su domicilio.

### 2.2 *Fuxido* y *paseado*: José Amoedo Fernández, “O Carballo”<sup>285</sup>.

Era cantero en Gargamala de donde era oriundo. De personalidad fuerte, compartía ideas socialistas acudiendo a la Casa del Pueblo de la parroquia asiduamente. La sublevación militar le obligó a huir al monte donde estuvo 18 meses durmiendo en cuevas y cobertizos de cazadores. Se mantuvo cerca de su residencia habitual donde mantuvo contacto con su esposa. Un embarazo de esta le dio pistas a las cuadrillas falangistas. Parece ser que fue la delación de un vecino lo que permitió dar con su paradero. El hombre es asediado en el cobertizo donde se encontraba. Al contar con un arma de fuego, los guardas cívicos deciden traer a la madre del *fuxido* a quien maltratan hasta que O Carballo sale.

A continuación, Lara Barros (2002: 34) escribe que

“foi a súa filla á que lle chegou a orde de ir a buscar o corpo do seu pai, ‘paseado’; vai na súa procura ao cárcere de Pazos de Borbén,

---

<sup>284</sup> Fuente: Barros (2002: 33-34)

<sup>285</sup> Fuente: Barros (2002: 34)

concello entre Vigo e Mondariz, e alí lle din literalmente que ‘o busque nas cunetas’. Búscalo pola zona ata que é reclamada polo cura que xa collera e gardara o corpo do seu pai, morto por un tiro na nuca e con evidencias de forte maltrato, séndolle roubados os zapatos e o cinto. A nosa informante debe ir a pé á parroquia de Mondariz para comprar e recoller o cadaleito no que enterrar ao seu pai, e alí sofre as burlas dalgúns falanxistas como Manuel González dos Santos que lle pregunta pola saúde do Carballo”.

Otro informante cuenta que “cando o mataron por Areas os berros se escoitaban en todo o val. Seica o mataron aos poucos quitándolle partes do corpo”. Ya hemos mencionado que la elección de los lugares de las muertes no son aleatorios, sino que buscan una acústica que permita la difusión sonora del asesinato (Grandío, 2006: 49).

Barros continúa,

“a súa filla achaca este maltrato non só ás súas ideas políticas, senón aos odios que se xeran na parroquia por cuestións de rencillas por mozas... Isto nos indica, que nunha importante porcentaxe, as persecucións e maltratos eran utilizados para saldar débedas e expresar rencores, máis alá do puramente ideolóxico.”

### 2.3 Amenazados

Contamos el relato de los hermanos de Dolores Fortes. Se trata de tres hermanos que en el momento de la sublevación se encuentran emigrados en Lisboa. La informante asegura que aquellos días pasaron mucho miedo por no saber si los iban a buscar o no. Finalmente, un empleado del Ayuntamiento, Virgilio Abril<sup>286</sup>, fue a su casa a buscar a sus hermanos que simpatizaban con ideas socialistas. Al ver que estaban en Lisboa, les comunicó que los hicieran llamar. La informante comenta que el la Plaza, Raúl García<sup>287</sup> decía que “a eses de aí abaixo lles mando vir e lles meto catro tiros”. La familia les escribió en “latín o verbo” cartas anónimas para avisarlos. El “verbo” es la jerga de los cesteros<sup>288</sup>, incomprendible para los comunes. Estas cartas anónimas pusieron de sobre aviso a sus hermanos. En Lisboa fue un grupo de falangistas a buscarlos al restaurante donde trabajaban. El patrón encubrió a los empleados diciendo que ya se habían marchado.

Una vez acabada la guerra, los dos hermanos mayores fueron expulsados de Portugal. Cruzaron la frontera por Monção. La informante asegura que tuvieron

---

<sup>286</sup> En Sesión Ordinaria de la Comisión Gestora del 27 de Diciembre de 1937 este alguacil-portero será gratificado por sus servicios. AMM 1.1/6/1 (p.30).

<sup>287</sup> Primer alcalde después de la sublevación.

<sup>288</sup> Mondariz era conocida por sus cesteros y estos se comunicaban en una jerga especial (Bouza, 1992). En su familia había tradición cestera por lo que conocían su jerga.

que huir de los disparos procedentes de la vera gallega y dejar todos sus enseres en el camino. Llegaron a Mondariz un 12 de mayo de 1939. Una vez allí, y para evitar los campos de concentración, fueron a una “agencia” donde les facilitaron un salvoconducto con el que pudieron reincorporarse a su casa sin represalias.

La experiencia del tercer hermano fue diferente. Él no volvió con sus hermanos mayores. Cruzó la frontera por la *Raia seca* con una carta de un médico portugués de cierta relevancia del cual desconocemos la identidad. Se presentó en los juzgados de Mondariz donde lo enviaron a realizar el servicio militar a Ourense. Marcharía un 4 de diciembre de 1939. El 24 del mismo mes vuelve con un permiso de Navidad. Vuelve al cuartel el 26 retornando a Mondariz el 12 del mes siguiente ya licenciado. Retrasó unos días su vuelta por miedo a represalias en la villa.

Estos testimonios son un claro ejemplo de las diferentes versiones que la represión física tomó en Mondariz. Podríamos sumar más casos que redundarían en los expuestos. A continuación nos introduciremos en los otros dos tipos de represión: la material y la simbólica.

### 3. Represión material y simbólica

Nos encontramos ante una represión de difícil registro. En nuestra investigación nos hemos acercado a estos hechos a través de informaciones informales fruto de conversaciones mantenidas durante el trabajo de campo. Presentar una secuencia sistematizada de las diferentes expropiaciones realizadas durante la Guerra Civil y los años posteriores nos hubiera obligado a consultar los catastros y registros de propiedad para cotejar los cambios producidos en la época. El tiempo y los objetivos de la investigación hacen que la información obtenida en el trabajo de campo sea suficiente para constatar la presencia de este tipo de represión aunque ello suponga renunciar, por el momento, a profundizar en la importancia de este tipo de hechos.

Las expropiaciones que hemos registrados son de dos tipos. Por un lado, las que significan una continuación directa de la represión física. Es decir, aquellas dirigidas a castigar a personas simpatizantes con la II República embargando parte de sus propiedades o negar el cobro de pensiones de viudedad. Actividades que contienen un claro móvil político. Por otro lado, prácticas de embargo que no se relacionan directamente con la represión política pero que su práctica es posible gracias a la sublevación militar ya que sus autores se sitúan al amparo del nuevo régimen. Nos referimos a embargos por impago de préstamos a vecinos del municipio.

Comenzaremos por esta última práctica. Diferentes versiones coinciden en apuntar que el patrimonio de dos o tres familias en Mondariz fue acumulado a base del embargo por impago de préstamos. Las versiones provienen tanto de los círculos

de la derecha como de la izquierda municipal. El procedimiento era el siguiente. Un vecino pedía un préstamo a alguna de esas dos o tres familias pudientes de Mondariz. Esta se lo concedía con un plazo y unos intereses sobre el aval de una propiedad del beneficiario del préstamo. El vencimiento del pago de la deuda permitía automáticamente el embargo del aval. Algunos informantes cuentan cómo los acreedores retrasaban el cobro de los préstamos a conciencia hasta que vencía el plazo y se procedía al embargo de la propiedad. “Dicían, xa pagarás, xa pagarás...” comenta un informante. Del mismo modo, un comentario común es que los avales excedían con mucho las cantidades prestadas.

Un informante lo relata de la siguiente manera:

“Na postguerra o que predominou foi o tema económico. E predominante era a Praza, unha pequena aristocracia. Dentro deles os represivos, aparecen sempre e se fixeron cun capital e que logo morreu na pobreza. Os M, teñen uns capitais... o avó, C... O pai de JR, por dúas botellas de aceite e 12 pesetas, e un día antes de vencer o prazo, a muller foille devolver o prestado. A muller chorou (...). Houbo terreos que se mercaron así. Por préstamos”.

Este fue un procedimiento común para el embargo de bienes y el enriquecimiento de ciertas familias. Durante el trabajo de campo asistí a varias conversaciones en donde se intentaba realizar un inventario *ad hoc* de ciertas familias mondarizanas. La conversación comenzaba apuntando que antes “os catro da Praza” poseían todo Mondariz, en referencia a la elite económica que residía en la Plaza. Una vez constatado este hecho, se procede a la enumeración de “coutadas”, “cabadas”, montes, “veigas”, “fincas” y casas de cada una de estas familias con especial atención a una de ellas, la de los Montero. Sería imposible reproducir los nombres de cada una de estas propiedades repetidas, digo, en varias conversaciones de personas de diferente procedencia ideológica. Un punto en común es que quiénes realizaban el “inventario” coincidía en que muchas de estas propiedades tienen el origen en el embargo por impago de deudas. Uno de los informantes aseveraba que “eles [los Montero] fixeran moita fortuna así”.

Junto a estas expropiaciones ajenas, en cierto sentido, a móviles políticos, aunque si relacionadas a un contexto histórico, tenemos otras que responden directamente a represalias enmarcadas en el castigo ideológico. Las expropiaciones por “rojo” existieron. No podemos concretar el número ni su importancia relativa, pero si que somos quien de asegurar que dejaron una impronta en la memoria colectiva.

Los casos registrados son varios. Entre ellos destaca el embargo de la casa de un simpatizante socialista. La historia la cuenta una hija del dueño embargado. La propiedad, que luego será la Casa del Concello, había sido puesta como aval en un préstamo. La informante cuenta como su padre, en el despacho del acreedor, fue

amenazado de muerte si pagaba la deuda. Con una pistola en mano, el prestamista obligó al dueño de la casa a elegir entre la casa o la vida. Como la familia de este no tenía donde ir, el prestamista les permitió quedarse a vivir en el inmueble hasta que gestionaran otra vivienda, eso si, previo alquiler de 65 pts. mensuales. Esta cantidad era pagada puntualmente por la informante. Ella misma aseguró que por este método, los falangistas se quedaron con múltiples propiedades. El ejemplo de este embargo se repitió en otras dos entrevistas con personas diferentes coincidiendo las versiones de lo sucedido. En la actualidad, el local pertenece al Ayuntamiento y en el está situado el Centro social con la paradoja de que en el bar del Centro, frecuentaba, en el presente etnográfico, casi todas las tardes una de las hijas del dueño original.

Otra expresión de la represión material la encontramos en la negativa de pensiones de viudedad a los *paseados*. En Mondariz contamos con el caso de Encarnación Lema Trillo, viuda del ya mencionado oficial primero del Ayuntamiento Celso Collazo Álvarez.

En Sesión Ordinaria de la Comisión Gestora del 25 de marzo de 1939<sup>289</sup>, Encarnación Lema Trillo, pide el cobro del mes de julio de 1936 de su marido. La corporación acuerda que el informe pase a la secretaría quien resolverá la petición. En sesión, también ordinaria, del 14 de agosto del mismo año<sup>290</sup>, la corporación aprueba un documento de secretaría donde se desestiman el abono del sueldo y de la pensión alegando tres motivos:

1. Abandono del trabajo por parte del funcionario
2. Actividades antipatrióticas del funcionario
3. Antigüedad en el cargo inferior a los 20 años.

Tres meses después, en Sesión del 15 de noviembre<sup>291</sup>, es denegado otro recurso presentado por la viuda. Igual respuesta recibe una tercera instancia rechazada en la sesión del 27 de mayo de 1941<sup>292</sup>. Los intentos por recibir el cobro de la pensión de viudedad no acabarán en este año. Las actas de los plenos municipales recogen dos nuevas instancias discutidas en las Sesiones del 9 de agosto de 1973 y 27 de abril de 1974<sup>293</sup> que obtienen repuestas similares a las recibidas 30 años antes.

Las actas municipales nos permiten comparar dos procesos similares. La presentación de hasta cinco instancias en 35 años con igual número de negativas con el proceso vivido por los huérfanos del oficial del Ayuntamiento José Fidalgo. Todo comienza con la notificación, en Sesión de la Comisión Gestora del 10 de febrero de

---

<sup>289</sup> AMM 1.1/6/2 (p.22)

<sup>290</sup> AMM 1.1/6/2 (p.26-27)

<sup>291</sup> AMM 1.1/6/2 (p.33)

<sup>292</sup> AMM 1.1/6/3 (p.52)

<sup>293</sup> AMM 1.1/8/4 (p.82-83, 106)

1944<sup>294</sup>, del fallecimiento de Ramina Sotelino, viuda del nombrado oficial municipal. En la siguiente sesión, del 21 de enero<sup>295</sup>, queda a estudio por parte de la corporación la petición de una pensión de orfandad por parte de los dos hijos de Ramina y José. Pasarán 25 días hasta que se apruebe la concesión de tal pensión con la particularidad de que se le “concede el doble que corresponde por ley”<sup>296</sup>. Nos enfrentamos a dos casos semejantes en cuanto a las peticiones pero de diferente trato y resolución por cuestiones estrictamente políticas. En el primer caso, nos encontramos ante un defensor de los valores republicanos fusilado por ello y, en el otro, ante la viuda de un empleado municipal connivente con las elites y, además, suegro del veterinario municipal del momento.

La represión no acaba aquí. Existen toda una serie de actos que no se pueden catalogar en ningún de los dos tipos anteriormente tratados pero que pertenecen al apartado de la represión en la medida en que son actividades, hechos o gestos que sólo se entienden con el horizonte de la Guerra Civil y que, claramente, marcan una línea entre los vencedores y los vencidos. Estamos frente a elementos menudos que de uno a uno significan poco pero que en conjunto toman cuerpo creando un clima que subraya el carácter represivo y no inclusivo de la política de los vencedores (Villares, 2004: 423).

Captar la cotidianeidad de la postguerra es una labor que no corresponde a este trabajo y que requeriría una investigación monográfica. Nosotros hemos recogido de las actas plenarias el apoyo que el Ayuntamiento brindó a la victoria de la sublevación sumando a ello el inestimable testimonio de personas protagonistas de aquellos años. Antes de continuar, es necesario matizar la época histórica a la que nos estamos refiriendo. Tanto la represión física como la material alcanzaron su máxima expresión durante los años de la Guerra o en los años posteriores. En el caso que ahora nos ocupa, el periodo cronológico se adentra en el primer franquismo sin pretensión de ser exhaustivos en su análisis. Mostramos un elenco de casos en los que apreciamos la dicotomía vencedores/vencidos que refuerza el análisis de las consecuencias de la contienda realizado en la propuesta de tesis.

La temprana victoria de los sublevados implicó ciertos cambios en Mondariz que, en algunos casos, aun perviven en la actualidad. Uno de los más visibles es el nuevo nomenclátor de calles y plazas de la villa. En sesión del 12 de abril de 1937<sup>297</sup>, la corporación municipal acuerda realizar los siguientes cambios:

Plaza de la República pasa a denominarse Plaza de España 1936.

Calle de Pablo Iglesias pasa denominarse calle del Generalísimo Franco.

---

<sup>294</sup> AMM 1.1/6/3 (p.192)

<sup>295</sup> AMM 1.1/6/3 (p.193)

<sup>296</sup> AMM 1.1/6/3 (p.195)

<sup>297</sup> AMM 1.1/6/1 (p.13).

Calle de Galán y García Hernández se divide en dos tramos: calle de Calvo Sotelo y calle de José Antonio Primo de Rivera.

Calle de Pi y Margall pasa a denominarse avenida de Portugal.

La presencia del nomenclátor actuará de recordatorio de la imposición del nuevo régimen. Sumada a esta presencia, como en tantos otros municipios, en la fachada de la iglesia de Mondariz se gravarán los nombres de los villanos del bando de los sublevados caídos en el frente. Figuran un total de 30. En este caso, el recuerdo cubre en olvido los caídos en defensa de la II República. La inscripción fue realizada por la FET y de las JONS local con subvención de 50 pts. del Ayuntamiento otorgada el 27 de mayo de 1940<sup>298</sup>. Junto a la iglesia se construyó una cruz a los caídos que aún permanece en el mismo lugar donde la erigieron.

La presencia de la FET y de las JONS se acentúa. No tenemos datos concretos de la composición, actividades y cronología de esta organización. La muerte de Franco, el traslado de la casa del Ayuntamiento sumado a una política de eliminación de documentación comprometida resultaron en la quema de una gran parte del archivo municipal y todo lo referente a la FET y de las JONS. Esta documentación incluía expedientes, carnés de filiación, actas de reuniones etc. que nos hubieran posibilitado obtener una imagen mucho más certera de sus actividades y presencia. Con todo, y para nuestra investigación, podemos afirmar que la presencia de la Falange aumenta en esta época. En las memorias de O Fresco (González, 1984 [1936]: 95), *fluxido* mencionado en la introducción histórica a la Guerra Civil en Galicia, menciona a Mondariz como centro de operaciones de los falangistas.

Los diferentes testimonios nos hablan con recelo del tema. Existe cierto clima que nubla la memoria sobre la falange en cuyas actividades participaban la mayoría de informantes. Una constante era el obligatorio saludo con el brazo en alto.

“Home, se non levantabas a man, levábante. Levanta la mano! E tiñas que levantar”

Habla un informante cuyo padre fuera perseguido. Se organizaban desfiles de Flechas. Quien instruía a este grupo de Flechas, comenta que daba clases de gimnasia y enseñaba a desfilar gracias a los conocimientos adquiridos durante el servicio militar.

Las actividades que tenemos registradas de la falange provienen de la consulta de las actas municipales. El 1 de octubre de 1938 celebrarán el día del Caudillo por lo que reciben una subvención del Ayuntamiento<sup>299</sup>. Participarán en la “fiesta de la victoria” para lo cual el Ayuntamiento pagará el déficit de 75 pts. de la

---

<sup>298</sup> AMM 1.1/6/2

<sup>299</sup> Sesión de la Comisión Gestora del 27 de septiembre de 1938. AMM 1.1/6/2 (p.2-3)



misma<sup>300</sup>. El resto de actividades las desconocemos con certeza. El 27 de noviembre de 1939 el consistorio otorga una subvención de 200 pts. a las juventudes de la FET y de las JONS<sup>301</sup> con lo que imaginamos organizaría diferentes actividades. El propio Ayuntamiento estaba suscrito a la revista “Vértice” de la falange.

La falange contaba con un local donde había instalado un billar, lo que suponía un reclamo para los jóvenes mondarizanos que en muchos casos acudían más que por convicciones políticas, por cuestiones de índole lúdica. Comenta quien fuera asiduo al local de la falange que

“el andaba polo dos billares e andaba a desfilar cunha trompeta e unha espada. Era unha coña.”

Podemos apreciar cierta relajación en la importancia política de la asistencia a los billares, pero también podemos argumentar que en la actualidad no está bien vista la falange por lo que quitar hierro al asunto puede que sea fruto de la contemporización de la memoria. Con todo, la versión lúdica coincide en varios informantes.

Durante la Guerra se celebraron las victorias militares de los sublevados. En el apartado de cuentas de las actas de entonces son frecuentes los pagos por bombas y cohetes en cada conquista. Raúl García Durán comprará bombas para tal fin y el Ayuntamiento le pagará por ello<sup>302</sup>. En la toma de Barcelona tocará la banda de música y su director, Casiano Paredes, será pagado con 75 pts<sup>303</sup>. Las celebraciones parciales de conquistas se verán eclipsadas con la celebración de la finalización de la Guerra. En el libro de actas consta el pago de honorarios a los gaiteros de Riofrío, Lougares y Sabaxáns así como al director de la banda y a dos coheteros por el lanzamiento de bombas<sup>304</sup>. La celebración de la victoria no acaba aquí sino que en el plano del 12 de julio de 1939 se destina una cantidad indeterminada para pagar la promesa realizada a la virgen de la Franqueira por la victoria<sup>305</sup>.

El desarrollo de la Guerra no era ajeno al transcurrir de la vida en Mondariz, como tampoco lo era la existencia de vencedores y vencidos. Siguiendo este elenco, es de suma importancia para nuestro trabajo el agravio recibido por aquellos sobrevivientes leales a la II República. Un informante cuenta cómo le señalaban:

“A min chamábanme roxo e eu calaba, que ía dicir. Amenazábanche. Roxo, que tal che vai e eu dicía que ben.”

Sorprende la ironía con la que recuerda el informante la situación. El informante comenta como el anatema sobre el “rojo” era una constante durante

---

<sup>300</sup> Sesión ordinaria de la Comisión Gestora del 25 de mayo de 1939. AMM 1.1/6/2 (p.25)

<sup>301</sup> Sesión de la Comisión Gestora del 27 de noviembre de 1939. AMM 1.1/6/2 (p.37)

<sup>302</sup> Sesión Ordinaria de la Comisión Gestora del 25 de mayo de 1938. AMM 1.1/6/1 (p.42)

<sup>303</sup> Sesión Ordinaria de la Comisión Gestora del 25 de enero de 1939. AMM 1.1/6/2 (p.18)

<sup>304</sup> Sesiones de la Comisión Gestora del 12 y 27 de abril de 1939. AMM 1.1/6/2 (p.20,21)

<sup>305</sup> AMM 1.1/6/2 (p.25)

aquellos años. Haber sido leal a los ideales republicanos suponía acumular problemas de tipo administrativo. Otro informante comenta como tuvo que desplazarse hasta Vigo para recibir un certificado para conseguir el pasaporte porque en Mondariz no se lo otorgaban según él por el pasado socialista de su padre. En conversación con un empleado del Ayuntamiento que figura en nómina desde 1961<sup>306</sup> me comentaba que el había visto muchas injusticias.

“Era frecuente que se o veciño que viña pedir algún documento ou servizo municipal era “roxo” non o atenderan. Dician que a ese non, que era tal”.

Está hablando de prácticas durante los últimos quince años del franquismo que el informante prolonga al periodo democrático. Su situación privilegiada nos permite constatar un trato diferencial en base al criterio de adscripción ideológico en la Administración pública. Su extensión en el tiempo constata, igualmente, la continuidad de ciertas prácticas que unen pasado y presente mediante la línea de la historia lo que refuerza nuestro énfasis en ésta como elemento indispensable para conocer y comprender las dinámicas políticas del presente etnográfico.

Las prácticas eran por momentos esperpénticas. Dos informantes relatan como un maestro de la villa formó un equipo de fútbol con los niños.

“Formouse o equipo de fútbol que era de camiseta branca e raia azul e como ese ano non enviaban a equipaxe de Buenos Aires, que sempre había xente emigrada, enviaron [a una señora] mercar unhas teas para facer os traxes.”

El escudo de las camisetas estaba subtítuloado con las iniciales C.C. Los dos informantes cuentan que alguien de la Plaza denunció los hechos.

“Había unha escola na rúa Cervantes á que chegaron unhas camisetas vermellas, que lle puxeron Club Cervantes e houbo unha denuncia dun señor que dicía que as camisetas da escola dician Club Comunista.”

El caso llegó a la Inspección de Enseñanza de Pontevedra, que el 18 de octubre de 1937 envía una carta al Presidente del Consejo de Enseñanza Local de Primera Enseñanza de Mondariz, el alcalde, en la cual comenta que se investigará “el uso que se hizo de los pantalones y camisetas que se encontraron en su Escuela, significado de las insignias C.C. (...) y cuantos datos sean convenientes para llegar a un conocimiento claro del destino de tales prendas”<sup>307</sup>. El maestro denunciado fue suspendido temporalmente por el denunciante, quien llegará a ser primer teniente de alcalde, sin previa comunicación a la Inspección.

---

<sup>306</sup> Sesión Ordinaria del Pleno del 31 de agosto de 1961. AMM 1.1/8/1

<sup>307</sup> Se trata de dos hojas sueltas en AMM 3.8/263/4.

“Hai xente que aínda vive que denunciaron ao mestre pola compra da vestimenta da bandeira anarquista. O xuízo durou tres anos ate que chamaron [[á señora]] e dixo que era o único que había.”

Este caso refleja una situación donde la inocencia no estaba exenta de castigo así como la impunidad con que se actuaba y la indefensión que se vivía en plena Guerra Civil.

El elenco de prácticas represivas que hemos puesto en conocimiento dan cuenta de dos elementos: la elasticidad temporal de la represión y el recuerdo de un contexto de vencedores y vencidos que trasciende el ámbito personal para integrarse en el conjunto de valores y hábitos colectivos que definirán la dinámica política de los años sucesivos.

#### 4. Presencia visual de la Guerra Civil en Mondariz



Imagen 1.1 Detalle de la iglesia parroquial de Mondariz



Imagen 1.2 Cruz conmemorativa de la victoria de la sublevación militar de 1936



Imagen 1.3 Nomenclátor franquista. Plaza de España 1936

## Resumo

---

A proposta de tese que se apresenta tem como objectivo geral da investigação o estudo da dialéctica mudança-permanência nas estratégias das elites locais no uso de recursos (económicos, laborais, sociais, etc.) para a criação e mantimento de ligações de lealdade e a orientação pontual do voto.

É assim que organizamos a pesquisa em quatro blocos temáticos que, tão inevitável, relacionam-se e organizam o esquema do texto.

1. Contextos de disponibilidade formal dos recursos. Quer dizer, as condições objectivas/institucionais nas que se desenvolve a vida na relação na disponibilidade e acesso a recursos nos contextos dados.

2. Contextos históricos de formação e mantimento das elites locais.

3. Criação de significados dos elementos pertencentes ao universo do intercâmbio de recursos.

4. Casuística das relações de intercâmbio.

A revisão da literatura alerta-nos para a necessidade de construir uma ferramenta conceptual precisa das relações de patrocínio que vão permitir a sua diferenciação e relação com outros fenómenos semelhantes e permita a comparação transcultural. É assim que propomos estabelecer os tratos de favor como o quadro conceptual sob o que colocar um conjunto de fenómenos semelhantes.

Os tratos de favor são aquelas relações de carácter político em que existe algum tipo de intercâmbio de recursos que envolve o estabelecimento de lealdades mútuas. Estes intercâmbios são variáveis em termos da sua duração, natureza dos recursos em jogo, exclusividade ou grau de informalidade. Devemos tirar quatro grandes grupos de tratamento preferencial que se distinguem pela indicação do peso em qualquer uma das suas características: cunha, corrupção, nepotismo e patrocínio.

Na proposta da tese centramo-nos, especialmente, no patrocínio que definimos como *um relacionamento político de carácter informal não normativo, bilateral, particularista e assimétrico de intercâmbio de recursos tanto instrumentais como expressivos que implica durabilidade, dependência e exclusividade*. Normalmente o patrocínio apresenta um paradoxo fruto da sua natureza ambivalente. É censurado publicamente e fica sob suspeita mas, ao mesmo tempo, é praticado em privado.

Esta definição pretende recolher as características constitutivas do fenómeno e apontar uma qualidade que com relativa frequência se apresenta associada ao mesmo sobretudo, nos contextos de democracia formal.

Mediante um desenho metodológico de estadia prolongada no terreno, comparam-se dois estudos de caso: Mondariz e Monção: duas localidades distantes 24 km. Monção é um município na raia minhota com 19.956 habitantes no censo de 2001. Conta com um total de 33 freguesias repartidas numa superfície de 211,7 km<sup>2</sup>. Mondariz, localizado na comarca do Condado estende-se por 85 km<sup>2</sup> e conta com uma população de 5.373 pessoas no censo de 2003 repartidas em 12 freguesias.

A estância prolongada quer em Mondariz quer em Monção, foi acompanhada da aplicação de diversas técnicas de investigação como a entrevista em profundidade, filtragens de arquivos, observação participante ou a realização de histórias de vida. No caso de Mondariz, a estância fez-se ao nível municipal e, em Monção, na freguesia de Pias.

Estas duas povoações próximas geograficamente, mas longínquas no plano administrativo e histórico, permitiam comparar realidades diferenciadas. No caso galego, a divisão administrativa estabelece a existência de freguesias sem reconhecimento jurídico e um município com ligações a órgãos superiores (provinciais e regionais). Portugal conta com uma divisão administrativa diferente. As freguesias têm representação institucional a par que a câmara municipal. Todavia, não existem organismos regionais comparáveis ao caso galego.

No plano histórico, as diferenças nas origens das ditaduras vividas nos dois países e o distinto modelo de transição para as democracias conseguintes, configuram eixos chave na configuração da elite política local, assim como os modelos de intermediação.

A continuação expomos os resultados das pesquisas na configuração histórica das elites locais, a evolução dos processos eleitorais e os mecanismos de troca dos recursos em cada um dos estudos de caso.

## **As histórias**

A análise genealógica das elites políticas em Mondariz, centrada nos actores desde 1936 até a actualidade, oferece-nos uma visão de mudança na permanência. A Guerra Civil significou o estabelecimento de uma elite política que se nutre de pessoas activas institucionalmente antes da II República e economicamente ligadas a profissões liberais, comerciantes e proprietários. A Guerra e a posterior repressão dirigida pelos mandos rebeldes, não só eliminam qualquer tentativa de resistência como anestesia, mediante a generalização do medo e posterior silêncio, o debate político.

Os efeitos da imposição de uma memória hegemónica, com a existência de espaços marginais para outras memórias, apreciam-se na vida quotidiana mondarizana. O temor a falar da Guerra Civil e, no percurso dos anos, na



domesticação do debate político na extensão de um anátema sob a política. O exercício da política concebe-se como um questionamento (ataque) ao sentido comum (poder estabelecido). Esta nova concepção imposta, que se mantém na actualidade, é transmitida pela elite governante. Junto a esta imprecação da política, durante a ditadura consolida-se uma geografia da intermediação, reforçada com a eliminação dos sujeitos colectivos de representação, que tece uma espessa rede radial da Câmara para as freguesias através dos *alcaldes de bairro* e os vereadores.

A chegada da democracia vê-se condicionada por todos estes elementos e o novo cenário institucional requer adaptações. A competição eleitoral obriga a matizar a estrutura de intermediação enfatizando a importância dos vereadores sobre os *alcaldes de bairro*. Esta viragem compreende-se com a mudança do princípio de legitimidade. Os *alcaldes de bairro*, que são designados pelo presidente da CM, carecem da legitimidade dos vereadores, eleitos por sufrágio universal. O novo contexto institucional modifica as fontes de legitimidade e, pelo tanto, os critérios de aceitação social dos intermediários. Contudo, os primeiros mantêm-se no retículo de intermediação activando-se de forma conjuntural.

Os dados analisados para o caso de Monção permitem concluir nas repercussões da transição para a democracia no conjunto do município. A designação das CA das freguesias e municipais uma vez consolidado A Revolução do 25 de Abril, supõe a ruptura total com as elites políticas que ocupam a Administração local antes de 1974. A presença de antigos cargos públicos pode-se considerar nula. Neste sentido, a legislação emanada da Revolução foi efectiva em quanto à designação de novos vereadores, no caso de Monção e, nas diferentes eleições populares, no resto de freguesias. A ausência de antigos cargos, quer presidentes, secretários ou tesoureiros de JF como regedores, nas CCAA é uma consequência da dita legislação, mas se atendemos às relações de parentesco entre estas novas corporações e as anteriores ao 25 de Abril, encontramos continuidades que driblam os mandatos revolucionários.

Podemos afirmar que a análise da permanência/descontinuidade das elites políticas camarárias na transição de 1974 oferece-nos um cenário de elos de parentesco entre umas e outras corporações a nível freguês. Nestas unidades territoriais, francamente de menor tamanho e com a conseguinte restrição dos potenciais efectivos de participação política, as permanências contrariam a legislação e espírito do 25 de Abril. No caso da municipalidade, a descontinuidade da CA tem de ser matizada com o retorno, mediante a incorporação ao sistema partidário, de parte das elites locais que, no pós 25 de Abril, ainda conservam preeminência económica face ao resto da população.

A nossa análise alerta-nos para a necessidade de tomar em consideração o nível paroquial à hora de pensar no impacto da transição nas elites locais assim como

atender variáveis como as relações de parentesco para poder concluirmos de forma satisfatória sobre o caso. As continuidades apontadas alertam-nos da permanência de parte da rede de pessoas que ocupa o espaço médio da política municipal. O 25 de Abril não conseguiu, pelo menos no nosso caso, romper com as intermediações do nível meso que se apresentam chave para compreender o estabelecimento de relações de patrocínio. Se a elite política paroquial continua através da prolongação familiar do poder, outros activos intermediários, como podem ser os párocos locais, não sofrerão variações substanciais.

### Processos eleitorais

Analisados os diferentes elementos do processo eleitoral em Mondairz (eleição da candidatura, elaboração do programa, propaganda, palavras de ordem, comício, reparto selectivo do boletim de voto e a jornada eleitoral) conduzem-nos para umas eleições afastadas dos pressupostos racional-burocráticos definitórios da democracia formal. A elaboração das candidaturas segue um critério territorial definido pelas freguesias e continuístas com o modelo de intermediação assentado no franquismo. As estratégias de aproximação à população ficam mediadas pela individualidade, onde prevalece o contacto pessoal sobre a realização de comícios.

O processo eleitoral é um momento onde as relações de intermediação se redefinem. O voto, como elemento central no intercâmbio dos tratos de favor e, nomeadamente, as relações de patrocínio, é um recurso desejado pela elite política e negociado pelo cidadão. A jornada eleitoral constitui um momento de intercâmbio de votos e lealdades. A prática do *acarrexo* (carretagem) de pessoas até o colégio eleitoral supõe, mais do que um transporte, uma amostra de capacidade de intercâmbio de favores.

Na campanha eleitoral das eleições municipais monçanenses de 2005, as dinâmicas observadas entre a relação freguesia-câmara, as mudanças de atitudes em público, as tensões no interior dos partidos e as dinâmicas históricas mostram-nos elementos centrais na análise da concepção da representação no contexto etnográfico.

As relações que se perfilam durante a campanha eleitoral podem ou não ser de natureza clientelar. O reparto porta a porta constitui uma aproximação particular ao eleitorado, mas não implicam a existência de uma relação de patrocínio. Contudo, existe um contexto no que a boa relação com os eleitos se converte num elemento central na reconfiguração do mapa institucional depois de cada eleição. Assim, destacam as demonstrações de adesão tanto aos novos presidentes da junta como ao reeleito presidente da câmara. Ao mesmo tempo, a troca de siglas partidárias de várias equipas de governo de freguesia de uma eleição a outra supõe uma demonstração de nova lealdade explícita selada pela expectativa da troca. Estas

mostras de deferência e de lealdade públicas são indicadoras de certa ecologia comunicativa do favor. Os comportamentos que se derivam não significam por próprios relações clientelares, mas sim as possibilitam.

### Percurso dos recursos

Na proposta de tese analisamos o percurso dos recursos e de como o seu intercâmbio estabelece relações de favor e, nalguns casos, clientelares.

No contexto de Mondariz, consideramos que os dados apresentados são suficientes como para poder afirmarmos que o reparto de, quando menos uma parte dos recursos e bens municipais, constitui um mecanismo de criação e reforço das relações de favor e, em particular, dos vínculos de patrocínio. O intercâmbio produzido cria lealdades que se prolongam no tempo e dos quais, os processos eleitorais, são períodos nos que se activam e visualizam com maior claridade. O reparto selectivo de recursos supõe o reforço de um círculo interno que rodeia o patrão. Este círculo interno obterá uns benefícios maiores do que os outros. As contratações, possivelmente o bem melhor valorado, vinculam-se num alto grau à participação activa nas actividades do partido (v.g. equipas de escrutinadores e delegados nas eleições).

No intercâmbio, pelo tanto, não só se oferecem vagas de trabalho senão outros elementos como arranjos de caminhos, pontos de luz, etc. Num contexto de recursos limitados cria-se um ambiente de expectativa e esperança de goze de recursos e bens municipais.

Por outro lado, a análise das Associações de Vizinhos, mostra que quem cruza a linha da conivência para passar à crítica da elite local, vê frustradas as suas possibilidades de gozar plenamente dos recursos municipais. Isto demonstra-nos que as relações clientelares definem o critério de inclusão e exclusão do reparto dos recursos. Neste sentido, podemos afirmar que existe um intercâmbio negativo para quem questionar as relações do poder estabelecido.

A Câmara é pensada como uma prolongação do partido político do governo. Os critérios de inclusão e exclusão baseados na amizade ou relação pessoal mostram-nos uma concepção da Administração como ente ao serviço de um grupo ligado ao governo municipal.

O caso de Monção oferece-nos bons exemplos de tratos de favor nos que se entrecruzam diferentes elementos de análise. A estrutura institucional das JF e a CM e o desfase entre as atribuições fixadas e os recursos disponíveis conduzem-nos para a potenciação deste tipo de tratos. A relação das JF está mediada por um processo de negociação no que se estabelecem relações clientelares que asseguram, de um lado, a permanência dos governos de freguesia e, do outro, o apoio às políticas do

governo municipal. Esta relação, baseada na troca de recursos camarários entre as freguesias, reforça-se com a concessão selectiva de emprego público.

Nos intercâmbios participam diferentes actores sociais da freguesia e o município. No nosso caso de estudo, destacam o pároco e os presidentes da JF e CM. A sua capacidade de intermediação vê-se reforçada por um ambiente de expectativa de benefício do reparto dos recursos. As concessões selectivas de emprego são conhecidas pela população que, embora possa criticar a sua prática, não hesita em planear recorrer a estas pessoas no caso de necessidade. Este duplo discurso que se repete em várias conversações remete-nos a um contexto no que o favor é um recurso mais na satisfação de necessidades.

Os intermediários-patrões constroem um contorno próximo de pessoas ligadas a eles através das relações de patrocínio. O apoio político explícito em campanha eleitoral e, sobretudo, as ajudas quotidianas (v.g. na vida do pároco por parte de algumas destas pessoas que têm um emprego recomendado ou conseguido pela intermediação) fundamentam o círculo interno clientelar.

As relações clientelares analisadas advertem-nos da necessidade de atender as pessoas ou colectivos alheios à relação. Assim, vimos no reparto do orçamento municipal os efeitos do patrocínio. Manter-se-á a expectativa de se beneficiar dessa repartição, mas, analisados os dados contáveis, não se encontra um claro favorecimento das freguesias leais. Neste sentido, é possível falar de um patrocínio em negativo. A relação clientelar percebe-se mais na sua ausência do que na sua presença. Quer dizer, as freguesias com diferente cor política-partidária do que a CM ver-se-ão prejudicadas na repartição orçamentária mais do que beneficiadas as outras. Temos de acrescentar a esta situação a repartição selectiva de recursos ao nível individual com certas pessoas dos governos paroquiais.

## Conclusões

Consideramos que o patrocínio não depende dos significados e concepções comuns do político, embora a sua aprendizagem venha ajudada por elementos culturais. Associado a estes fenómenos, encontramos significados e comportamentos tanto comuns como diferenciados nos dois casos de estudo. Não existe uma cultura clientelar sobre a que possamos unir os diferentes comportamentos associados. Analisados os dois casos com contextos históricos diferenciados de formação das elites locais e a construção histórica de significados; uma estrutura institucional diferenciada; contextos sócio-demográficos similares com um modelo de assentamento semelhante. Dois casos com comportamentos e significados nos processos eleitorais e gestão dos recursos não idênticos. Com tudo, Pias-Monção e Mondariz apresentam relações clientelares e tratos de favor.

Parece-nos que a clave deste tipo de relações reside na combinação da disponibilidade de recursos, tanto na sua presença objectiva como subjectiva, e os mecanismos de acesso. A escassez ou fartura de recursos, quer dizer, o diferencial de disponibilidade num contexto dado, terá de ir acompanhada de um acesso restringido aos mesmos. Junto a estas disposições, despregam-se elementos culturais de significação que nos ajudam a compreender a concreção dos casos concretos. O controlo particular dos mecanismos de acesso a esses recursos, entendido dentro de estratégias de permanência no poder, cria as possibilidades de estabelecer os critérios de inclusão e exclusão de carácter clientelar antes apontadas.

Deste marco derivam-se as seguintes questões gerais:

As relações de favor e de patrocínio não se podem associar a determinadas ideologias político-partidárias. Encontramos um claro desfase entre os discursos e as acções. Dispor de um discurso anticlientelar pode ocultar o desejo de se apropriar ou criar uma clientela.

As relações de patrocínio estabelecidas com organismos institucionais ou entidades colectivas apresentam, nos casos de estudo, a combinação de intercâmbios quer colectivos (orçamentos não prejudiciais no caso das JF, actuações no caso de certas associações em Mondariz) quer individuais com pessoas determinantes nos mecanismos de decisão dos ditos organismos ou colectivos (exemplo do emprego para certos presidentes de JF ou de associações). Neste sentido, podemos falar do reforço dos intercâmbios clientelares de carácter colectivo com o intercâmbio selectivo com algum dos seus membros.

Nos contextos estudados apreciamos que as relações de patrocínio e os tratos de favor evidentemente não esgotam as relações nem os intercâmbios realizados entre a Administração e a população. Neste sentido, não podemos definir os contextos como sistemas políticos clientelares, mas como sistemas políticos com diversidade de relações de intercâmbio.

O patrocínio não é um problema cultural que se “soluciona” com a implantação das democracias liberais. Ninguém duvida da consolidação deste sistema político no contexto da Gallaecia contemporânea como também não da presença de relações de patrocínio que se transformam a par do sistema.

A aproximação etnográfica aos tratos de favor e, em especial, às relações de patrocínio apresenta-se como uma estratégia metodológica idónea para o seu estudo. A etnografia em profundidade permite-nos superar a visão institucionalista do Estado imaginado para analisar o vivido, experimentado e transformado pelas pessoas.